
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



BNCC de História nos Estados (Detalhe de capa) | Arte da capa: Carole Kümmecke

Zona de conforto – Resenha de *BNCC de História nos Estados: o futuro do presente*, organizado por Angela R. Ferreira, Antonio S. de Almeida Neto, Caio F. F. Adan, Carlos A. L. Ferreira, Paul E. D. de Mello e Olavo P. Soares

Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN); Itamar Freitas (UFS)

Resumo: *BNCC de História nos Estados: o futuro do presente*, organizado por pesquisadores de programas de pós-graduação, visa analisar criticamente a implantação da BNCC e dos currículos estaduais. Apesar de propor discussões relevantes, peca por argumentos frágeis, uso acrítico de autoridades e contradições conceituais, contribui ao debate educacional.

Palavras-chave: BNCC; ensino de História; currículo; formação docente.

No final do ano passado (2021), a Editora Fi lançou *BNCC de História nos Estados: o futuro do presente*, reunindo estudos de 25 autores, a maioria dos quais atua em programas de pós-graduação em História, Ensino de História e Educação. Apenas dois são professores da educação básica e os demais são formadores de professores. O livro comunica os trabalhos apresentados no “[Ciclo de Debates](#)” (de mesmo título), organizado pelas Universidades Federais de Alfenas (UNIFAL), Espírito Santo (UFES), São Paulo (UNIFESP) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no segundo semestre de 2021, com grande aderência de público em mais de 300 cidades de 26 entes federados (p.12).



A publicação já nasce referência. É uma peça crítica à Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e às bases curriculares de cada Estado. Além de dar publicidade desses dispositivos na rede mundial de computadores (prática que, há dez anos, seria uma *via crucis* para o pesquisador), põe a nu alguns “vieses de confirmação” dos nossos colegas da área. Por essas razões, o livro merece ser lido e criticado. Ele oportuniza a discussão e, com muita boa vontade, o avanço da qualidade das políticas públicas para o Ensino de História, seja em termos de formação docente, seja em termos de formação escolar.

No texto dos organizadores – “A BNCC nos estados: implantação, crítica e resistências possíveis”, há uma boa descrição dos demais, referentes aos Estados e dispostos nesta ordem: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Goiás. Eles são diversos em termos político-ideológicos e epistemológicos e plurais no que diz respeito à natureza do objeto analisado e do modo de fazê-lo. (p.16).

Um exame acurado das metas de cada trabalho nos permitiu identificar essa dispersão: cerca de um quarto delas foca nos processos de elaboração e/ou implantação e mudanças nos currículos locais (RJ, MA, AP, PA, GO); outros priorizam o exame das finalidades, do conteúdo ou dos fundamentos, sobretudo do Ensino de História nos currículos locais (MG, SP, PE, PR, SC). Os demais se dispersam entre o foco na caracterização da proposta local (MS), na crítica genérica à proposta (RR, SE), nas determinações da BNCC no currículo local (BA, AL), nas estratégias de resistência à BNCC (CE) e em questões mais gerais, como os elementos de legalização e legitimação da proposta local (AC) e as crises da Educação escolar nacional (MT)

Os organizadores têm razão quando afirmam que “a maior parte dos autores faz críticas ao projeto BNCC”, embora as críticas não convirjam, predominantemente, para o questionamento da “viabilidade de um currículo nacional dar certo no país, que tem tanta diversidade e desigualdade, além de ser um currículo vinculado e voltado à avaliação” (p.16). De fato, a BNCC é o grande saco de pancadas, mas ela recebe alguns afagos. Segundo autores do próprio livro, a BNCC deixa espaços para a discussão sobre questões étnico-raciais e de gênero, apresenta coerência teórico-metodológica em algumas passagens e foi construída com a participação de amplos segmentos da sociedade.

O mesmo não acontece com os currículos locais, onde a reprovação é dominante. A maior parte da crítica é dirigida ao processo e ao resultado de produção dos dispositivos que, em geral, segundo os autores, não herda os equívocos do dispositivo nacional. No conjunto (excetuando-se o texto dos organizadores), os trabalhos comunicam a ideia de que a BNCC é ruim, mas os currículos locais também são muito ruins. Até mesmo as positivities dos documentos são, predominantemente, construídas por seu grau de distanciamento em relação à BNCC, seguindo um princípio implícito: se difere da BNCC já é sinal de que é menos ruim. O dispositivo do Ceará, por exemplo, inclui relações étnico-raciais e de gênero, os do Maranhão e Mato Grosso consideram a produção dos especialistas no Ensino de História, o da Bahia incorpora historiografia local, o de Roraima inclui perspectivas decoloniais e os de Alagoas e Pernambuco incorporam questões sociais, as experiências de “marginalizados” e de “movimentos sociais” (p.380-382).

Os organizadores do livro, contudo, endossam parte dessas críticas ao documento nacional, cometendo imprecisões conceituais e erros lógicos. Eles desenham um contexto de produção e de emergência da BNCC e dos dispositivos estaduais de caráter autoritário e neoliberal sem deixar claro de qual liberalismo estão a tratar, induzindo o leitor a pensar que o período 2014-2015 foi igual, em ideologia e formato de Estado, ao período 2017-2019.



Touro dourado na Bolsa de Valores de São Paulo é alvo de protesto contra a fome, reivindicado pelo Coletivo “Fogo no Pavio” (17/11/2021) | Imagem: [Reprodução](#)

Os organizadores omitem o caráter legal e democrático da constituição do dispositivo que criou a BNCC e aplicam ao mundo real, insensatamente, o que no mundo jurídico se chama de “Doutrina dos frutos da árvore envenenada”: se a BNCC “faz parte de uma política curricular que se insere” nesse contexto, seus desdobramentos (os currículos estaduais) estão prejudicados (p.17-18). Eles também legitimam o progressivismo do “discurso pedagógico” da BNCC e, ato contínuo, denunciam o suposto “controle do Estado sobre o currículo real/efetivo/ativo da sala de aula” em dupla e explícita contradição. Ao final, ainda investem contra os moinhos de ventos que são os “códigos alfanuméricos” da BNCC, “também presentes nos livros do PNLD” (p.20).

Essas estratégias – de aprofundar os defeitos e minimizar as qualidades (no interior de uma compreensão perspectivada epistemológica e ideologicamente) – não são uma peculiaridade do texto dos cinco organizadores. Elas são um reflexo de como se pensa e se comporta a

intelligentsia brasileira dedicada à pesquisa do Ensino de História escolar e à formação de professores de História. É o que podemos constatar em, aproximadamente, 85% das proposições que conseguimos isolar do discurso dos 19 textos restantes.

Em primeiro lugar, currículos locais são capitalistas ou resultantes de teses e/ou contextos nacional e transnacional capitalistas (MT, RR, SP, PR, GO). Para os autores, o sistema capitalista, seu monetarismo, privatismo e sua finalidade escolar geram currículos que preparam os alunos, precipuamente, para o mundo do trabalho.

Em segundo lugar, a construção e a publicização do currículo local são processos antidemocráticos (RJ, PR, SC, GO, AP, PA, MG e SE). Eles não incorporaram as associações científicas, os sindicatos, as críticas dos especialistas ao documento local e à BNCC, não possibilitam a participação do público no formato resposta construída (subjetivas), excluem ou limitam a participação dos professores, reais usuários da política pública, na construção do currículo.

Em terceiro lugar, os currículos locais copiam a BNCC (SP, SC, SE, MA, GO, AP e PR). Alguns textos possuem o mérito de mensurar essa cópia: em São Paulo, a experiência local não ganhou os 40% prometidos inicialmente; em Minas Gerais, esse número alcança 20%. Nos demais, a cópia é especificada: na educação infantil, nos anos iniciais, nos anos finais, na estrutura em unidades temáticas, no conteúdo (habilidades, conhecimentos), nos fins e nas justificativas da inserção do componente curricular História.

Em quarto lugar, não necessariamente por causa da BNCC, currículos locais são elitistas (RR, MS, SE), equivocados, em termos de história temática e gênero, eurocêntricos, tradicionais, factuais, nacionalistas, cronológicos e tecnicistas. Eles transformam os professores em meros executores de tarefas (MG, GO, PR, SP) e são omissos, sobretudo em relação à história local (SC, AP, RR), às ideias de aprendizagem histórica e ao conteúdo metahistórico (MG, PR, AL, GO, MT, RR).

Vemos, então, que os autores condenam os currículos locais por seus tons capitalistas, tradicionais, antidemocráticos e por sua omissão em termos de valores e determinados conteúdos substantivos e metahistóricos. As teses não são novas, mas a precariedade da crítica não está na falta de novidade das teses, e sim, na fragilidade dos argumentos, destituídos de adequadas provas, tomadas a partir das realidades nas quais (e para as quais) esses currículos foram construídos. Mais que nunca é oportuno fazer questionamentos que ajudam a explicar a ocorrência dessas mazelas, presentes nos currículos locais e nacional: qual a natureza do conteúdo que alimenta a formação dos professores nos cursos de licenciatura? Eles estão, efetivamente, muito distantes do que prescrevem os currículos para a escola? Onde os professores aprendem que o maior problema do Ensino de História reside na escolha da melhor técnica de ensino? Os professores consolidam esse aprendizado mediante a formação continuada ofertada pelas Secretarias de Educação? Se a resposta for sim, quem fornece esse tipo de capacitação, antes da entrada em cena das fundações financiadas pelo grande Capital, como denunciam as duas passagens que se seguem?

A BNCC traz em seu conteúdo a ideologia de classe hegemônica e a legitimação do neoliberalismo em uma homogeneização curricular em uma conjuntura marcada por injustiças sociais e pela crise estrutural do capital a partir de orientações educacionais voltadas para a “formação dos filhos das classes trabalhadoras para o mercado de trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital deste novo século, voltadas para a acumulação flexível” (LAGOA, 2019, p. 12). Isso ocorre por meio do prevalecimento de competências e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho e pelos interesses das classes burguesas. [...]

Assim como na BNCC, o Currículo de Sergipe segue a lógica de reprodução da ideologia dominante ao se basear no estabelecimento de competências que, travestidas de termos como conhecimento, ciência, criticidade, cultura, entre outros, vislumbra preparar os alunos para a flexibilização e a modelagem exigidas pelo mercado de trabalho atual, que “descorporifica” os sujeitos, forçando-os a darem conta de super demandas em condições de trabalho desumanas e às custas do terror e do medo que lhes são impostos em um cenário no qual os vínculos empregatícios tornam-se cada vez mais efêmeros, incertos e vulneráveis, colocando o valor da força de trabalho em permanente liquidação (GALVÃO, 2015). (MODESTO, 2021, p.344-345).

Como vemos acima, em lugar de responder àquelas questões, os autores privilegiam o emprego do discurso da autoridade científica personificada na fala dos pares destacados. Não nos referimos, por exemplo, às referências de categorização, a exemplo dessa passagem: “...que Arroyo (2013) define como território de disputa” (p.340). Miramos, sobretudo, argumentos, como: “o distanciamento do currículo em relação aos objetivos e reflexões propriamente da História” faz com que o currículo local não contemple “a possibilidade de construção de habilidades e competências voltadas [a] uma reflexão propriamente histórica ou contribuidora da formação de uma consciência histórica de tipos mais sofisticados”. Na sequência, a autoria afirma: “Segundo Rüsen, ‘a consciência histórica tem uma função prática...’” (p.284). Se a crítica quer cobrar a adoção das habilidades mentais rüsenianas no dispositivo local, a autoria deve deixar claro os pressupostos da sua crítica e, também, as metas do dispositivo criticado. Omitindo esse procedimento, passa ao leitor que Rüsen é “A” autoridade pecaminosamente desconsiderada pelo dispositivo.

Há inclusive citação de citação para replicar uma autoridade, sem a devida demonstração do exame da cor local: “Luís Carlos de Freitas (2012) indica que essa lógica ultraneoliberal [...] Nicodemos (2019), apoiada em Freitas (2012), afirma [que os] defensores das reformas educacionais asseveram que podem resolver os problemas das escolas propondo uma política que procura gerar a responsabilização dos agentes das mesmas” (p.305). Para bom proveito dos pares, a autoria da crítica deveria demonstrar, no currículo local, os exemplos (ou os efeitos) da “privatização”, da “responsabilização” e da “meritocracia” no currículo local.

De modo geral, esse tipo de operação representa um desserviço à formação inicial e continuada de professores: autores desconsideram a ideia de uma Base Nacional Curricular, resultado de um acordo político abonado pela Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as conferências locais e nacionais da Educação. A meta que dá origem ao dispositivo não é homogeneizar, mas construir um mínimo patamar de qualidade sobre fins, conteúdos e meios de aprendizagem da educação escolar nacional. Autores precarizam o emprego das suas próprias categorias (a exemplo de “classe” e

“trabalho”) e do modelo explicativo do qual são originárias (a exemplo do materialismo histórico); desconsideram o potencial ou excluem o real protagonismo dos sujeitos envolvidos na construção do currículo local (em nome do qual tanto se fala) e, o pior (em termos acadêmicos): alimentam a ideia de que não estavam, suficientemente, preparados para ler e constatar, com o emprego da sua própria razão (para não falar em seus próprios conhecimentos, habilidades e valores), as ameaças disseminadas na BNCC e no currículo local e de dialogar com a literatura especializada sobre as consequências de uma provável incorporação.

Agindo dessa forma, autores dão motivos aos colegas “especialistas” que afirmam: pesquisadores do Ensino de História “não sabem história”, ou seja, desmerecem os contextos históricos em nome da mágica palavra “neoliberalismo”. Por essa razão, insistimos que ainda é oportuno perguntar: o que efetivamente aconteceu em cada Estado? Quais universidades, sindicatos, associações profissionais, núcleos de pesquisa especializados em Ensino de História se disponibilizaram a contribuir? Qual foi a posição inicial das instituições do gênero quando os governos iniciaram os preparativos para a construção dos documentos? Comparando-se as finalidades dessas instituições, podemos concluir que as suas posições sobre os currículos locais e nacional são, efetivamente, de lamento ou de comemoração?

Os autores podem afirmar que nós também incorremos no discurso esquizofrênico, lendo o livro a partir da ideia de que se trata de obra ruim. Mas, uma das vantagens das práticas racionais da academia é abrir a possibilidade de os colegas também denunciarem o viés de confirmação dos autores dessa resenha, contribuindo, dessa forma, para o avanço das ideias de todos os pesquisadores em benefício da melhoria das políticas públicas para o Ensino de História. Com esse jogo de teses, críticas e autocríticas, acalentamos a esperança de que o próximo texto – a síntese – será bem mais racional que esta resenha e, obviamente, o seu objeto: *BNCC de História nos Estados: o futuro do presente*

Assim, reiteramos a importância de publicações desse tipo. Contudo, na condição de formadores de professores e sujeitos chamados a emitir avaliações em benefício do aperfeiçoamento das políticas públicas, torcemos para que as nossas críticas sirvam aos nossos públicos preferenciais: os professores em formação e os colegas da educação básica.

Se não definimos e esmiuçamos cada crítica que fazemos, nosso discurso não serve à formação dos primeiros e não apresenta alternativas aos segundos. O cotidiano da vida escolar é muito poderoso e ele requer um leque de possibilidades que dê chance à comunidade a construir suas alternativas, mantendo-se coerente com seus propósitos, mas sem desconhecer que os posicionamentos desse tipo – expresso no “isso não nos serve” (desacompanhados das possibilidades de ação) – resulta na imobilidade e na ilusão de que já fazíamos o que era perfeito (E nada é pior a uma instituição escolar do que perder a esperança). Como afirmava Paulo Freire (2003, p.19), “a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*”, e “o futuro é *problemático* e não inexorável”. Aí está, pelo menos, um argumento para lutar por futuros possíveis (principalmente) nos momentos de crise.

Sumário de *BNCC de História nos Estados: o futuro do presente*

A BNCC nos estados: implantação, crítica e resistências possíveis | Angela Ribeiro Ferreira, Antonio Simplicio de Almeida Neto, Caio Figueiredo Fernandes Adan, Carlos Augusto Lima Ferreira, Paulo Eduardo Dias de Mello e Olavo Pereira Soares

BNCC de História no Paraná: o novo ciclo autoritário de política curricular | Paulo Eduardo Dias de Mello e Angela Ribeiro Ferreira

Os currículos de História em Minas Gerais: das rupturas ao retrocesso | Olavo Pereira Soares

Base Nacional Comum Curricular do Estado do Pará: entre o prescrito e o inscrito – notas preliminares sobre o processo de construção e implantação do documento | Erinaldo Cavalcanti

BNCC paulista: a história se repete | Elaine Lourenço

A História do Amapá e o Referencial Curricular Amapaense: trajetória, perspectivas e possibilidades | Vitor Ferreira da Silva e Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular Referencial do Ceará para o ensino de História: prescrição e resistência no tratamento das relações de gênero, étnicas e raciais | Francisco Egberto de Melo

Povos de Matriz Africana e povos originários: apresentações e omissões no Currículo | Base da Educação e do Ensino Fundamental do território catarinense | Elison Antonio Paim

A quem servem os currículos? A Educação e a História relegada ao tecnicismo e à mercantilização | Iza Debohra Godói Sepúlveda

“Desdobramentos didático-pedagógicos” e ensino de História no Referencial Curricular de Alagoas | Andréa Giordanna Araujo da Silva

O ensino de História no currículo referência de Mato Grosso do Sul (CRMS): o futuro do passado | Maria Aparecida Lima dos Santos

O dito, o “maldito” e o não dito: leituras possíveis do Documento Curricular Referencial da Bahia | Edicarla dos Santos Marques

Da BNCC ao Documento Curricular Goiás: os problemas da materialização do componente história no estado | Natália C. dos Santos Pessoni

Base Nacional Comum Curricular no Estado do Rio de Janeiro: entre resistência e prescrição em políticas de currículo | Alessandra Nicodemos

O currículo de História para o território maranhense: proposições alinhadas à BNCC | Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Ensino de História no currículo de Sergipe: dilemas, tensões e reflexos na formação sergipana | Mônica Andrade Modesto

O “Currículo de Pernambuco” fugindo da mira da BNCC | Adriana Maria Paulo da Silva e Lucas Victor Silva

Um currículo para resgatar “histórias silenciadas”: apontamentos sobre a BNCC no Piauí e as perspectivas para o ensino de História | Felipe Ribeiro

Ensino de História: interesse de todos (!): análise da História de Roraima e relações étnico-raciais no documento curricular de Roraima (2018) | Monalisa Pavonne Oliveira

BNCC/Acre: entre diálogos da implantação aos impactos na formação docente | Geórgia Pereira Lima

Resenhistas



Margarida Maria Dias de Oliveira é doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Publicou, entre outros trabalhos, *Dicionário do Ensino de História* (2020), em coautoria com Marieta e Morais Ferreira, e *Formação dos professores de História: os desafios de uma profissão em processo de reinvenção*. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5565266295414497>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8542-4173>; E-mail: margaridahistoria@yahoo.com.br.



Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), Professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog *Resenha Crítica*. Publicou, entre outros trabalhos, *Uma introdução ao método histórico* (2021) e “Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Piragibe da Fonseca (1903-1986)”. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5606084251637102>. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>; E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com.

Para citar esta resenha

FERREIRA, Ângela R.; ALMEIDA NETO, Antonio S. de; ADAN, Caio F. F.; FERREIRA, Carlos A. L.; MELLO, Paulo E. D. de; e SOARES, Olavo P. (org.). *BNCC de História nos Estados: o futuro do presente*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. 462p. Resenha de: OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de; FREITAS, Itamar. Na zona de conforto. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.1-8, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Zezito Oliveira | Imagem: [Blog da Ação Cultural](#)

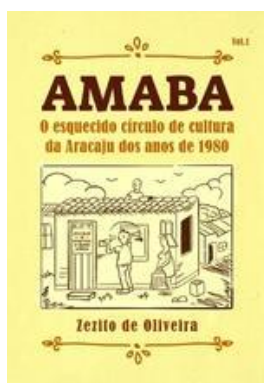
Associação de moradores do Bairro América – Resenha de AMABA: O esquecido círculo de cultura da Aracaju dos anos de 1980, de Zezito de Oliveira

Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)

Resumo: *AMABA: O esquecido círculo de cultura da Aracaju dos anos de 1980*, de Zezito Oliveira, visa registrar a trajetória da Associação de Moradores do Bairro América. Apesar da relevância histórica e do vasto acervo documental, apresenta problemas na organização textual, no uso das fontes e na diagramação, mas traz importante contribuição à memória popular.

Palavras-chave: AMABA; movimentos sociais; Zezito de Oliveira; cultura comunitária.

O livro “AMABA: O esquecido círculo de cultura da Aracaju dos anos de 1980”, de Zezito Oliveira, foi lançado em 2021, contando com o apoio financeiro da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe – FUNCAP, por meio da Lei Aldir Blanc. Dividido em quinze capítulos, seu conteúdo registra as iniciativas artístico-culturais da Associação de Moradores e Amigos do Bairro América, no período de 1983 a 1990, a partir de fontes documentais (relatórios, ofícios, cartazes e fotos produzidos pela entidade), fontes orais (entrevistas a personagens que vivenciaram a trajetória da entidade) e bibliografia afim (artigos e livros na forma física e digital).



Antes de adentrar na temática, o autor reserva os capítulos I e II a um breve histórico da formação do bairro utilizando-se de um livro autoral (Rocha e Corrêa, 2009) e de uma monografia de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo (Ramalho, 2016). O capítulo III trata do nascimento da Associação (1983) motivada, principalmente, pela luta contra a poluição da Fábrica de Cimento Portland, situada nas proximidades. Cita nomes da primeira diretoria e as sucessivas mudanças na sua composição, a luta e a conquista da sede própria, as mobilizações em torno do transporte coletivo, infraestrutura urbana, creche, escola, alfabetização de crianças e adultos, e a participação em encontros e congressos nacionais. Chama a atenção o registro do trabalho de conscientização comunitária a respeito da importância da Constituinte de 1986-87 e o engajamento em movimentos populares, como o dos Sem-Teto e dos Meninos e Meninas de Rua. Conclui listando as iniciativas artístico-culturais da entidade, grande parte em parceria com órgãos públicos.

O capítulo IV – “O início da Amaba e as principais lutas” – retoma, rapidamente, algumas bandeiras já citadas, mas, o destaque é o apoio da entidade quando da intervenção no mandato do Prefeito eleito Jackson Barreto, em 1987. São apenas seis páginas, sendo metade dedicada ao tema do apoio. O quinto capítulo “Retalho de Memória sobre as lutas comunitárias e ações educativas realizadas pela AMABA na década de 1980” descreve com mais detalhes as lutas pelo fechamento da fábrica de cimento, ocorrida em 1987, pela mudança na nomenclatura dos ônibus coletivos do bairro, o envolvimento no Programa Gratuito de Fornecimento de Leite (Governo Sarney – 1985-89) e no movimento dos Sem-Teto, destacando a invasão do Terminal Rodoviário e a luta por creche. As fontes são jornais e, principalmente, depoimentos coletados pelo autor.

O capítulo VI tenta encaixar a Amaba no contexto das lutas populares e sindicais dos anos 1980, no país, misturando falas de depoentes com autores como Rodrigues (?), Draibe (2012), Schwartz (?) e Holanda e Gonçalves (1982) e os sergipanos Figueiredo (1986) e Dantas (2014). No capítulo VII, “Cultura que te quero sempre: As bases conceituais do trabalho com Ação Cultural desenvolvido pela AMABA”, o autor discorre sobre seu contato com a produção artística do estado do Rio de Janeiro, quando lá residiu ainda adolescente, e teve seu primeiro encontro com Paulo Freire, em São João do Miriti, num grupo de jovens da Diocese comandada por Dom Adriano Hipólito. Suscintamente,

apresenta as origens e características das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e explica o diálogo horizontal aplicado pelo bispo Hipólito junto às comunidades.

Aos 19 anos, em 1982, chega a Aracaju determinado a continuar a militância político-religiosa em prol da conscientização da sua gente. O novo endereço lhe aproxima da Igreja São Judas Tadeu e do Partido dos Trabalhadores, no qual encontra um companheiro com quem dá início à Associação.

O capítulo VIII – “O Teatro na Amaba: Primeiro ato” – trata da formação do grupo de teatro amador da entidade, no período de 1983 a 1988, quando teve a parceria da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e da Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC). Nessa época, montaram esquetes que eram apresentadas em reuniões e em festas da própria entidade: “A Nega Barbada que tinha um Peito só” e “Promessas de Políticos”, seguidas de “A Fabrícola de Cimento do Fabricador Maluco” e o “Macaquinho D’Angola”. É interessante destacar o reconhecimento que o autor registra quanto ao apoio da então secretária municipal de cultura, Lânia Duarte, e aos atores Eduardo Freitas e Virgínia Lúcia, integrantes da SMC, que “tiravam do próprio bolso” para concretizar as produções teatrais da Amaba (p. 93).

*Em “A Amaba e a comunicação popular – de 1983 a 1990” (capítulo X), encontram-se o primeiro boletim, produzido em 1984, seguido do **Jornal Popular** e do jornalzinho **Reculturarte**, voltado ao público infantil. Enquanto o boletim se restringia a notícias ligadas à mobilização popular da entidade, o jornal reservava metade de suas páginas para notícias relativas ao Estado e ao país; ambos eram ‘colados’ em murais dispostos na Igreja São Judas Tadeu, na sede da entidade, em uma escola estadual e em uma bodega.*



Rua Maria Pureza, Bairro América (Anos 1980) com a igreja São Judas Tadeu ao fundo | Imagem: [Blog da Ação Cultural](#)

A Rádio Comunitária, tipo ‘rádio de poste’, funcionou por pouco tempo, no ano de 1989, devido a divergências entre integrantes da diretoria quanto ao que deveria ser noticiado e, principalmente, quanto à possibilidade de atrelamento político à parlamentares ligados ao conservador governo estadual. Slides produzidos por instituições brasileiras comprometidas com a elevação da consciência popular eram frequentemente exibidos nas reuniões com os moradores.

Nos capítulos XI e XII, o autor recorre a vários depoimentos para ilustrar a inauguração da sede (1988), o projeto “Capoeiração”, o “Arraial do Alto do Miolo” (1986 a 1999?), o projeto “Cinema nas Periferias” (1987) e as “Semanas de Arte” que aconteceram nos anos de 1987-88, no período natalino, quando o presépio da Igreja São Judas Tadeu, montado desde 1969, era uma importante atração turística da capital sergipana.

O início do “Projeto Reculturarte” é o tema do capítulo XIII, no qual o autor justifica a necessidade de engajamento da Amaba no movimento de redução do envolvimento de crianças e jovens com o consumo e o tráfico de drogas. Ele e um outro jovem da diretoria foram os principais protagonistas desse trabalho, cujo mote incorporava o tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1987. Contaram com a assessoria do CESEP, que ajudou na elaboração do projeto para captação de recursos, inclusive internacionais. A pretensão era a reeducação de crianças e jovens pela cultura e pela arte.

ZeZito de Oliveira destaca que esse projeto teve início num momento de crise interna da Amaba motivada pelas práticas clientelistas e personalistas de alguns dirigentes, notadamente os responsáveis diretos pelo programa de distribuição do leite. Então, ao invés do confronto direto, os dois jovens optaram por investir seu conhecimento e energia num trabalho voltado para cultura e a arte, dimensões pouco valorizadas pelas lideranças mais velhas. O marco inicial foi o “I Encontro de Menores do Bairro América”, realizado em novembro de 1990, que contou com o apoio da *United Nations International Children’s Emergency Fund* (Unicef), Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da paróquia S. Judas Tadeu e da Escola Municipal Santa Rita de Cássia, anexa à igreja. Palestras, missa, recreação, almoço e ato público compuseram o evento que foi noticiado pela imprensa sergipana. Teatro, capoeira, esporte e lazer, cooperativa de guardadores de carros estavam entre as atividades do projeto que, segundo um depoente, “contribuíam para levantar a autoestima da comunidade e estimulá-la a resistir!” (p. 158)

Por fim, em um comovente relato, o autor esclarece as condições de produção da obra (capítulo XIV – “Desce o Pano e XV – A Dimensão Afetiva do Militante: um esquecido que nos faz muita falta”). Fala sobre a opção em dividir a narrativa em três volumes, sendo este o primeiro deles, cuja promessa de elaboração já estava posta em 1987. Entretanto, foi no ano de 2018 que deu início à pesquisa e a escrita do texto, motivado pelos documentos que foram cuidadosamente guardados pelo seu pai, falecido naquele ano, e por um ex-dirigente da Amaba. O edital da Lei Aldir Blanc, lançado no ano passado pela Funcap, apressou o passo.

ZeZito de Oliveira se confessa um neófito na produção de uma escrita relativamente longa e oriunda de pesquisa documental, oral e bibliográfica (p. 161). Ademais, passou três meses hospitalizado com Covid-19, tendo que ‘fechar’ o texto com a ajuda de um assistente, pois se encontrava “deitado a maior parte do tempo!”. (p. 163).

Diante dessa confissão, fica difícil apontar os problemas desse trabalho. Entretanto, a tarefa se impõe se quero, como admiradora da militância política de ZeZito de Oliveira e,

como professora pesquisadora e, também, autora de livros, dar a minha contribuição para que os próximos volumes sejam escritos e publicados com melhor qualidade.

Antes, quero enaltecer a preocupação e empenho do jovem Zezito em registrar e guardar a memória da Associação de Moradores e Amigos do Bairro América. Como se pode constatar no livro, grande parte dessa memória proveio das suas mãos, na forma de atas de reuniões, comunicados, projetos, notas públicas ou textos opinativos para jornais. Uma consciência do valor histórico dos registros escritos, forjada na luta, antes mesmo da sua formação acadêmica em História. Uma proeza, se considerarmos que muito da trajetória das lutas das camadas populares se perde no tempo pela ausência de ‘papéis’.

Vamos aos problemas. O primeiro que aponto é o pouco cuidado com as fontes bibliográficas: muitos autores e obras são citados de modo incompleto nos pés-de-página, quase sempre sem indicação de página e/ou até ano de publicação, inclusive quando citadas literalmente. Alguns não estão relacionados na bibliografia e a diagramação (tamanho de letras, espaçamento, alinhamento), impossibilitando a distinção clara de quem está ‘falando’; se o autor citado, um depoente ou o escritor. O pouco cuidado também pode ser visto nas transcrições dos depoimentos: algumas falas adentram em outros temas, em dessintonia com o assunto em tela, (p. 110-112), embora eu reconheça que partilhar falas entrelaçando-as com trechos de autores e com a escrita própria não é trabalho fácil!

Um outro problema se refere à quantidade de capítulos (quinze ao todo para pouco mais de cento e setenta páginas), em que um repete ou estende um pouco o dito no anterior ou, mesmo, foge à temática anunciada. O capítulo IV é um exemplo disso, no qual o autor expõe muito mais o apoio ao Prefeito interdito que as iniciativas da entidade, como já apontei acima. Alguns títulos pouco condizem com o conteúdo, como se pode atestar no capítulo VII intitulado ‘... as bases conceituais...’ que, na verdade, estão no capítulo IX, quando Paulo Freire é ‘achado na rua’. Em outros capítulos, o autor abre parênteses para conceituações ou apreciações críticas, a meu ver, carentes de aprofundamentos. Nessa direção, me chamaram a atenção o *impeachment* do prefeito Jackson Barreto e a crítica ao arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte.

Nessa profusão de capítulos não é possível achar, mesmo juntando pedaços aqui e acolá, uma adequada contextualização do nascimento da Amaba. Ela não surgiu apenas da vontade e disposição do autor e seus companheiros. O autor sabe disso e não o diz. Entretanto, ele não consegue situá-la no bojo das organizações populares nascidas no final da década de 1970 e multiplicadas no populismo dos anos 1980, quando passam a ser utilizadas como ‘massa de manobra’ por meio do Programa do Leite, instituído em 1985. O bairro Siqueira Campos, por exemplo, que iniciou sua associação em 1979, chegou a ter três entidades no final da década de 1980, cada uma com um presidente alinhado a uma facção política em disputa. Todas distribuindo leite!

Como já apontei, a diagramação do livro é sofrível. Tipos e tamanhos dos títulos de capítulos, texto principal, falas, citações, notas de rodapé não são padronizados e a margem interna obriga o leitor a quase descolar o livro. O diagramador e os revisores, inclusive, deixaram passar erros primários de ortografia e concordância verbo-nominal. Ainda no item ‘projeto gráfico’, devo resguardar a concepção da capa e contracapa, que julgo

visualmente bonitas e muito apropriadas ao tema, especialmente, por reproduzirem o tipo de desenho utilizado nas publicações populares da época.

Quanto ao conteúdo, suponho que faltou uma crítica em finalização e escrita de textos mais complexos, notadamente de estudiosos de temas aproximados e/ou afins.

No último capítulo, 'A Dimensão Afetiva do Militante', o autor abre parêntese para 'falar' da sua participação no seminário da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS, em 1988/1985(?). Uma digressão para justificar a escolha deste título; o mesmo de um texto que ajudou a elaborar e que acabou sendo divulgado nacionalmente pela organização. Um autoelogio? Sim. E quem não o faz?

E quanto ao livro como um todo? Estaria o autor construindo um documento monumento a si próprio (Le Goff, 2013)? Mesmo que ressalte o 'nós' no correr das palavras, convenhamos que é muito difícil separar o militante, protagonista de uma organização popular, do militante saudoso que escreve sobre a 'obra' que ajudou a erguer.

Tenho clareza de que parte dessas falhas é fruto da sua condição física e da pressa no cumprimento dos prazos legais para obtenção do financiamento. Mesmo assim, a obra não é uma 'bobagem', nem 'perda de tempo', como declara o autor! (p. 168) É uma valiosa contribuição à história das lutas populares da cidade de Aracaju. O livro é, provavelmente, o primeiro a tratar da trajetória de uma associação de bairro em nosso Estado. Uma obra, cuja riqueza de fontes suscita outras tantas, além das que estão em preparo.

Ao final, o autor questiona: quem vem primeiro: a mudança da sociedade ou o homem novo? Ele mesmo responde que o movimento é dialético, pois a sociedade muda enquanto o homem se reconstrói e o homem se reconstrói enquanto muda a sociedade; num movimento permanente, infinito, sempre inacabado. Então, quem vem primeiro, o livro ou o autor? O militante que registrava a trajetória da luta fazia-se autor; o autor fez o livro e, enquanto fazia o livro, se reconstruía enquanto autor. É um longo processo de aprimoramento do autor e da obra. Espero que as críticas a este seu 'pontapé inicial' se transformem em 'sonho e esperança' de mais e melhores livros!

Referências

LE GOFF, Jacques. *História e Memória* (Tradução: Bernardo Leitão at. al.) 7 ed. Revista. Campinas: Unicamp, 2013.

RAMALHO, Erika Laíse de S. *Origem e Transformações: uma análise da morfologia urbana do Bairro América, Aracaju-SE*. São Cristóvão, sd. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

ROCHA, Emanuel Souza e CORRÊA, Antônio Wanderley de Melo. *Bairro América: a saga de uma comunidade*. Aracaju: Info Graphis, 2009.

Sumário de *Amaba: o esquecido círculo de cultura da Aracaju dos anos de 1980*

1. Lembranças e reflexões de um tempo bom
2. Como se formou o território onde a AMABA fez história. América: um bairro que nasce com vocação universal
3. AMABA – De 1983 a 1990 – Visão descritivo-cronológica
4. O Início da AMABA e as principais lutas
5. Retalho de Memória com informações complementares referentes às lutas comunitárias e ações educativas realizadas pela AMABA na década de 1980
6. Década de 1980 – Trabalhadores perdem na economia, mas ganham na organização política
7. “Cultura que te quero sempre”. As bases conceituais do trabalho com Ação Cultural desenvolvido pela AMABA
8. A teatro na AMABA: Primeiro ato
9. Paulo Freire achado na rua, nas CEBs e nos movimentos populares
10. AMABA e a comunicação popular – De 1983 a 1990 – “Quem não se comunica se trumbica”
11. Retalho de Memória com informações complementares referentes à ação cultural desenvolvida pela AMABA na década de 1980
12. Um bom natal no B. A. cheio de arte e cultura nos anos de 1987 e 1988
13. Início do projeto Reculturarte
14. Desce o pano
15. A Dimensão Afetiva do Militante. Um esquecimento que nos faz muita falta

Resenhista



Tereza Cristina Cerqueira da Graça é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora universitária. Foi professora da Educação Básica, membro do Conselho Estadual de Educação de Sergipe (CEES) e Secretária da Educação do Município de Aracaju (2005-2011).

Atualmente, é Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Escreveu, entre outros trabalhos, *Pés-de-Anjo e Letreiros de Neom*: ginásios na Aracaju dos Anos Dourados (Editora da UFS, 2002); *De Massaranduba à Industrial*: história e memória de um lugar (Funcaju/PMA, 2005); *A Trajetória do Conselho Estadual de*

Educação de Sergipe: textos da sua história. (Liceu, 2013) e *Malinos, Zuadentos, Andejos e Sibites*: o Aribé nos anos 70 e 80 (Códice, 2021). ID Currículo Lattes:

<http://cnpq.br/6576943412041943>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8786-1951>;

E-mail: tccgraca@yahoo.com.br.

Para citar esta resenha

OLIVEIRA Zezito de. Amaba: o esquecido Círculo de Cultura de Aracaju dos anos 1980. Aracaju: Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe – FUNCAP, 2021. 178p. Resenha de: GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. Associação do bairro América. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.6, p.9-16, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Françoise Vergès (2020) | Imagem: [Anthony Francin/Divulgação](#)

Crítica multidimensional – Resenha de *Um Feminismo Decolonial*, de Françoise Vergès

Viviane Andrade Passos (SEMED-NSG/UFS)

Resumo: *Un féminisme décolonial*, de Françoise Vergès, propõe um feminismo antirracista, antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista. Critica o feminismo civilizatório, mas peca por uso excessivo de notas pouco exemplificadas. Como ponto positivo, oferece teoria acessível e provocativa sobre as mulheres racializadas e sua centralidade nas lutas sociais.

Palavras-chave: Françoise Vergès; feminismo decolonial; anticapitalismo; racialização.

Un féminisme décolonial, [Um Feminismo Decolonial], de Françoise Vergés, reivindica uma teoria multidimensional do movimento feminista: antirracista, antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista. O livro também tece críticas ao movimento feminista civilizatório. Apresentado inicialmente por Flávia Rios, no texto ‘Por um feminismo radical’, traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. A obra é construída por um prefácio à edição brasileira, da própria autora, uma introdução – “Invisíveis, elas “abrem a cidade” – e dois capítulos: “Definir um campo: o Feminismo Decolonial” e “A evolução para um feminismo civilizatório do século XXI”. O livro resulta dos estudos da autora sobre o pensamento feminista e a decolonialidade, publicado originariamente na França, em 2019, e lançado em português, no Brasil, pela Ubu Editora, em 2020.



Françoise Vergés é cientista política, historiadora, ativista e especialista em estudos pós-coloniais. Graduiu-se em Ciências Políticas e Estudos Feministas na San Diego State University (1989) e tornou-se PhD em Teoria Política pela Berkeley University of California (1995) com a tese “*Monsters and Revolutionaries: Colonial Family Romance and Métissage*” [Monstros e revolucionários: o romance e a mestiçagem da família colonial] (Duke University Press, 1999). Vergés lecionou na Sussex University e na Goldsmiths College (Inglaterra). De 2009 a 2012, presidiu o comitê nacional francês de preservação da memória e da história da escravidão.

Entre 2014 e 2018, foi titular do programa Global South(s) no Collège d'études mondiales da Fondation Maison des Sciences de l'Homme e publicou diversos artigos sobre Frantz Fanon, Aimé Césaire, abolicionismo, psiquiatria colonial e pós-colonial, memória da escravidão, processos de creolização no Oceano Índico e novas formas de colonização e racialização. Trabalha regularmente com artistas, tendo sido coautora dos documentários “*Aimé Césaire face aux révoltes du monde*” [Aimé Césaire em face das revoltas do mundo] e “*Maryse Condé: une voix singulière*” [Maryse Condé: uma voz singular] (Jérôme-Cécile Auffret, 2002; Paris Triennale, 2012). Vergé também organizou as exposições “*L'Esclave au Louvre: une humanité invisible*” [O escravo no Louvre: uma humanidade invisível] (Museu do Louvre, 2013), “*Dix femmes puissantes*” [Dez mulheres poderosas], (2013), e “Haiti, medo dos opressores, esperança dos oprimidos” (2014), ambas para o Mémorial de l'abolition de l'esclavage, de Nantes. (p.139-140)

Este livro representa um manifesto cientificamente crítico ao definir um conceito capaz de provocar transformações nos estudos sobre gênero e pensamento feminista para além da interseccionalidade. Ele apresenta uma teoria, ainda que aberta a questionamentos, sobre a multidimensionalidade do feminismo decolonial a partir de debates sobre a permanência da estrutura colonial em sociedades do Sul Global que, embora descolonizadas, permanecem arraigadas em estruturas sociais de colonialidade.

A nota introdutória de Flávia Rios – “Por um Feminismo Radical” – destaca a crítica breve e incendiária ao eurocentrismo presente no pensamento feminista e declara que o livro defende um feminismo radical, antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista capaz de

transformar as estruturas coloniais e reconhece a importância de problematizarmos o feminismo, principalmente, em seu caráter de “feminismo civilizatório.”

Na nota da tradução, Dias e Camargo esclarecem que a conversão de *décolonial* em francês para *decolonial* em português significa o enfrentamento da colonialidade do poder que persiste como legado da modernidade do capitalismo e do racismo. Ela difere da expressão descolonial, referente aos processos histórico-administrativos de *desligamento* das metrópoles às ex-colônias, já que estes não garantem que os discursos que circulam nele superem a lógica colonial.

No prefácio, a autora relata a motivação para a escrita do livro: a invisibilidade de um trabalho marcado pelo gênero, subqualificado e racializado, mas essencial à estrutura e funcionamento do patriarcado e do capitalismo. Ela também o escreveu para dar visibilidade à dimensão colonial e racial do feminismo civilizatório que, ao igualar a mulher ao homem, atribui às mulheres direitos que servem mais aos interesses neoliberais e imperialistas de exploração e opressão. Para a autora, a epidemia de Covid 19 escancarou a vulnerabilidade das mulheres racializadas expostas a várias formas de violência, a trabalhos insalubres, em que o confinamento foi uma política para os ricos.

Na introdução – ‘Invisíveis, elas “abrem a cidade” –, a autora expõe a árdua e incansável tarefa das mulheres racializadas de limparem o mundo e a necessidade de manter invisível esse trabalho para a manutenção do capitalismo em que mulheres da burguesia gozam de uma vida confortável em detrimento da exploração de milhões de mulheres racializadas do Sul global, o que constitui a principal crítica da obra já que a autora atribui essa organização ao capitalismo racial e ao heteropatriarcado.

O capítulo 1 – “Definir um campo: o feminismo decolonial” – é subdividido em tópicos que apresentam uma definição sobre o feminismo decolonial, a partir da exposição histórica do movimento feminista. Ele critica a ideologia feminista nacionalista, civilizatória e xenófoba, tipificando-o como um arsenal para a direita neoliberal modernizadora. Esse tipo de feminismo defende apenas as questões de gênero e de igualdade de direitos postas a serviço do capital, do Estado e do império e desconsideram a luta por justiça social, dignidade e respeito. Esse “feminismo civilizatório” reduz as aspirações revolucionárias das mulheres à demanda por divisão igualitária dos privilégios concedidos aos homens brancos em razão da supremacia racial branca. Cúmplices ativas da ordem capitalista racial, as feministas civilizatórias não hesitam em apoiar políticas de intervenção imperialistas, políticas islamofóbicas ou negrofóbicas.

A autora convoca o leitor para um movimento de militância anticolonial, antirracista, antripatriarcal, anticolonialista e anti-imperialista. Faz uma narrativa de sua trajetória enquanto mulher militante, curiosa e engajada nos movimentos de educação política e cultural, desde criança, enquanto vivia na ilha de Reunião, colônia francesa. O tema é, então, familiar à autora que defende que vivenciou experiências de exploração, opressão, tornando-se defensora da luta anticolonial. Para ela, não há que se falar de feminismo sem uma análise dos conflitos, das contradições e resistências dos povos. Dizer-se feminista decolonial é afirmar a fidelidade às lutas das mulheres do Sul global desde a colonização aos dias atuais.

Como resultado dessa crítica, a autora compreende “feminismo decolonial” como a despatriarcalização das lutas revolucionárias travadas durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência. Esse movimento data do início do século XXI e provoca uma reação violenta nos heteropatriarcados, nas feministas do Norte e nos governos. Prega oposição ao nacionalismo autoritário e ao neofascismo, que consideram as feministas racializadas inimigas a serem abatidas. No tocante à epistemologia, os feminismos de política decolonial se inscrevem no amplo movimento de reapropriação científica e filosófica que revisa a narrativa europeia do mundo. É necessário reivindicar a igualdade entre os saberes e contestar a ordem do saber imposto pelo Ocidente. É necessário estudar o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo impregna todas as relações de dominação, já que mesmo após a descolonização os mecanismos de colonialidade estão mantidos.

A autora defende um feminismo que pense conjuntamente o ecossistema político, econômico, cultural e social, buscando evitar a segmentação imposta pelo método ocidental das ciências sociais, que precisa ser defendido, desenvolvido, afirmado e colocado em prática. Ela ressalta a necessidade de reconhecer os privilégios das mulheres brancas nas narrativas hegemônicas das lutas pelos direitos das mulheres que contribui para esvaziá-las de alcance político, se apresenta como um discurso que não questiona as estruturas do capitalismo e que transforma as mulheres em sujeito social hegemônico. Assim, continua, é necessário mostrar o lugar que mulheres escravas, quilombolas, trabalhadoras engajadas e colonizadas ocuparam na luta pela liberdade e igualdade racial, desconstruir os mecanismos de exploração e de dominação que elaboram um discurso ofensivo, a favor do Estado e do capital neoliberal que objetivam enfraquecer os feminismos de política decolonial.

O capítulo 2 – “A evolução para um feminismo civilizatório para o século XXI” – aponta as formas de manifestação global de dominação do patriarcado e tece críticas aos movimentos feministas europeus que se veem como a vanguarda de um movimento de caráter neoliberal pelos direitos das mulheres, focados na discriminação de gênero sem abarcar as novas formas de desigualdade entre as mulheres. A autora traz exemplos de pensadoras feministas próximas às ideologias da extrema direita (o feminismo corporativo) e atribui as desigualdades entre homens e mulheres a uma questão de mentalidade baseada em uma concepção idealista das relações sociais.

Vergés apresenta o termo “femonacionalismo”, cunhado por Sara Farris, que diz respeito à exploração de temas feministas por nacionalistas e neoliberais islamofóbicos e ao modo como feministas contribuem para a estigmatização de homens muçulmanos. Por esse pensamento, as mulheres devem ser salvas da dominação masculina por meio da inserção no mercado de trabalho neoliberal, em serviços domésticos, cuidados de idosos, de crianças ou empregos em serviços de limpeza que garantam às mulheres brancas das classes médias europeias acesso a uma vida profissional. Há nesse modelo de feminismo uma repressão ao passado colonial/racial e à reorganização do capitalismo, permanecendo impensadas pelas feministas metropolitanas no momento “pós-colonial”.

Uma das armas ideológicas do feminismo civilizatório consiste em integrar algumas figuras cuidadosamente selecionadas e embranquecê-las, a exemplo de Rosa Parks, ícone da luta

pelos direitos civis nos Estados Unidos, que teve sua imagem de militância desassociada do feminismo radical. Há várias formas de despolitizar militantes, seja fazendo-a heroína da democracia ocidental (mascarando as persistentes desigualdades fazendo do racismo uma doença de alguns/algumas), seja atacando e ofendendo sua imagem ou condenando-a ao esquecimento. A autora propõe que as feministas decoloniais ajam de modo implacável na recuperação da história de luta de mulheres escravizadas e quilombolas que vivenciaram um feminismo antirracista e anticolonial a partir do século XVI.

É preciso trazer à luz as contribuições desses feminismos antirracistas e anticoloniais, já que o feminismo civilizatório reescreveu a história das lutas das mulheres para minar ou desabonar as ações das mulheres do Sul nas lutas anticoloniais e anti-imperialistas. Essas mulheres não aceitam a análise dos mecanismos e a ideologia das políticas masculinistas e heteropatriarcais feita por mulheres que, ao defenderem o feminismo decolonial, reconhecem a existência da violência sistêmica contra as mulheres e combatem o retorno de estruturas opressivas nos Estados emergentes com a descolonização.

A autora ainda apresenta duas formas opostas de patriarcado. No primeiro, a pessoa se diz moderna, a favor de certo multiculturalismo, e afirma respeitar os direitos das mulheres desde que isso implique integrá-las na economia neoliberal. O outro patriarcado, neofascista e masculinista, ataca frontalmente as mulheres e os LGBTQIT+ e visa fazer retroceder direitos duramente conquistados pelas mulheres (aborto, contracepção, direito do trabalho, direitos LGBTQIT+) e pessoas trans.



Joana Ribeiro Zimmer, juíza da Comarca de Tijucas (SC), induz menina de 11 anos, grávida após estupro, a desistir de aborto legal. Foto Solon Soares/Assembleia Legislativa de Santa Catarina/[The Intercept](#)

Nesse sistema, só é aceitável a submissão das mulheres à sua ordem heteronormativa, que institui o poder absoluto do pai e do marido, a ação do patriarcado que manipula a religião e descobriu como despertar o ódio e o medo para justificar assassinatos – a exemplo do patriarcado neofascista, neoliberal, masculinista e virilista que executou a vereadora negra e *queer*, Marielle Franco.

Aproximando-se do final da obra, a autora declara que a politização dos serviços de cuidado atribuídos às mulheres racializadas, o engajamento do feminismo negro a partir dos anos de 1970 e o uso da interseccionalidade na abordagem da noção de trabalho revelam todo o caráter opressor do sistema capitalista. Para ela, compreender o feminismo

decolonial é problematizar a implementação de políticas em torno do trabalho doméstico como trabalho produtivo, já que muitas são indiferentes à organização do trabalho de limpeza/cuidado e à sua racialização.

Retomando a aspectos apontados na introdução da obra, Vergès aborda o desgaste e a fadiga dos corpos racializados cujo trabalho consiste em cuidar de outros seres/animais, em limpar as cidades nas quais o lixo deve desaparecer aos olhos de quem tem direito a uma boa vida. Quem limpa o mundo? A indústria de limpeza/cuidado é um dos exemplos mais claros do funcionamento do capitalismo racial, que expõe mulheres racializadas a produtos químicos tóxicos, a assédio e à violência sexual, à invisibilização, à exploração, à organização legal e ilegal da imigração como a negação de direitos. Segundo a autora, analisar os trabalhos de limpeza e cuidado nas configurações atuais do capitalismo racial e do feminismo civilizatório é uma tarefa de primeira ordem para as feministas decoloniais.

Finalizando o texto, a autora indica pôr em prática um pensamento utópico, entendido como energia e força de insurreição, como presença e como convite para sonhos emancipatórios, como gesto de ruptura: ousar pensar para além do que se apresenta como ‘natural’ e, ‘pragmático’ e ‘razoável’. (p. n.121-136)

A autora desse livro, mulher negra e especialista em estudos pós-coloniais, toma por base a sua trajetória de vida para criticar movimento feminista que ela chama de civilizatório e propor um feminismo decolonial, aberto a questionamentos.

O feminismo decolonial é uma nova política de pensamento que enfatiza as lutas empreendidas por mulheres racializadas, intencionalmente invisibilizadas ao longo da história por uma narrativa eurocêntrica e ocidental e até mesmo pela luta feminista limitada às discussões de igualdade de gênero, propostas por mulheres brancas ocidentais.

O livro também ressalta o capitalismo, o neoliberalismo e o imperialismo como sistemas a serem combatidos por uma episteme antirracista, anticolonial, antipatriarcalista e anti-imperialista. Nesse sentido, cumpre de forma concisa os objetivos anunciados, pois informa sobre a necessidade de pensarmos o feminismo do ponto de vista da decolonialidade, questiona a universalização do feminismo europeu por não representar igualdade entre as mulheres e nos convoca a elaborar um movimento multidimensional frente à recolonialidade liberal em curso.

Apesar da concisão, da objetividade e da coerência elencadas acima, o livro apresenta alguns problemas pouco expressivos, mas que, em alguns momentos, dificultam a inteligibilidade do argumento. O primeiro deles está na referência de fontes e autoridades. A prática de usar notas de rodapé indicativas de material e de não exemplificar o conteúdo abordado nas notas, inserindo o argumento e a interpretação no decorrer do texto). Essa prática nem sempre facilita a compreensão pelo leitor que busca na obra o primeiro contato com o pensamento feminista decolonial.

Por outro lado, o fato de os conceitos norteadores da obra serem apresentados no decorrer da escrita, relacionados à crítica daquilo a que se opõe, concede à obra um tom de manifesto e de convite para pensarmos sobre um movimento transformador da história social de mulheres negras e racializadas. Além disso, a teoria destacada na obra visa à

liberação de toda a sociedade oprimida pela rede de opressão e de desigualdade tão característicos do projeto neoliberal especialmente no Sul global.

O livro traz fontes históricas relevantes sobre aos movimentos de emancipação das colônias francesas a partir de 1960 e as manifestações feministas do século XX na Europa e nos Estados Unidos. Traz, também, referências a artigos científicos sobre eventos que a autora aponta como evidências de fortaleza do feminismo civilizatório e dos movimentos que nos permitem entender sobre o contexto de crescimento da islamofobia na França e ainda, a violência de gênero sobre mulheres racializadas no contexto de ascensão do neoliberalismo, como por exemplo, o caso da vereadora brasileira Marielle Franco.

Desta forma, a apresentação dos contextos históricos de luta relacionando-os à crítica ao feminismo convencional (na medida em que apresenta uma proposta antirracista, antipatriarcalista, anti-imperialista e anticapitalista) nos aproxima da ideologia decolonial, da necessidade de decolonizar as instituições e o conhecimento para combatermos o capitalismo racial estruturante.

A obra é precisa ao questionar o feminismo liberal, ao apresentar o conceito de feminismo civilizatório como uma ideologia sobre as mulheres que ainda não se decolonizaram, ao apresentar a proposta de estudos feministas sobre a perspectiva decolonial, pois embora descolonizado, o Sul global se estrutura em relações coloniais, na colonialidade de corpos de pessoas racializadas vítimas de opressão do sistema neoliberal.

A obra também apresenta a perspectiva multidimensional como fundamental para entendermos as conexões entre raça, capital, sexo, patriarcado e imperialismo. Comunica o conceito de feminismo decolonial com base em pensamento de autores/teóricos do Sul global, como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Gayatri Spivak, María Lugones, Lélia Gonzalez, Oyèrónké Oyewùmí, que corroboram com a crítica feita pela autora à universalização do pensamento de gênero feminista europeu, defensor, por exemplo, do fato de mulheres brancas possuírem propriedades escravagistas nas colônias francesas do século XVIII, embora destituídas de direitos políticos. O livro expõe manifestações e pensamentos de autores e feministas que corroboram com a crítica feita pela autora e, o mais relevante, com um conceito aberto a questionamentos e considerando pensamentos opostos.

Por tudo descrito até aqui, a obra é introduz o leitor a um feminismo decolonial, pois instiga a crítica, convoca as leitoras a uma transformação radical de teoria e prática. Refere-se às mulheres negras e racializadas como estruturantes da sociedade, devendo ser estudadas e de ter sua história narrada em uma perspectiva crítica e de visibilidade. O livro é um instrumento poderoso para uma nova e necessária leitura sobre o feminismo.

Sumário de *Um feminismo decolonial*

Por um feminismo radical

Nota da tradução

Prefácio à edição brasileira

1. Invisíveis, elas “abrem a cidade”

2. Definir um campo: O feminismo decolonial

3. A Evolução para um feminismo civilizatório do século XXI

Sobre a autora

Créditos

Resenhista



Viviane Andrade Passos é professora do Colégio Estadual Cícero Bezerra, da Escola Municipal Tiradentes no município de (Nossa Senhora da Glória- SE) e aluna do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7026713252936689>; ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4077-3916>; Facebook: /viviane.andrade.56863; Instagram: vivi.andrade_23; Email: viviane-andrade22@hotmail.com.

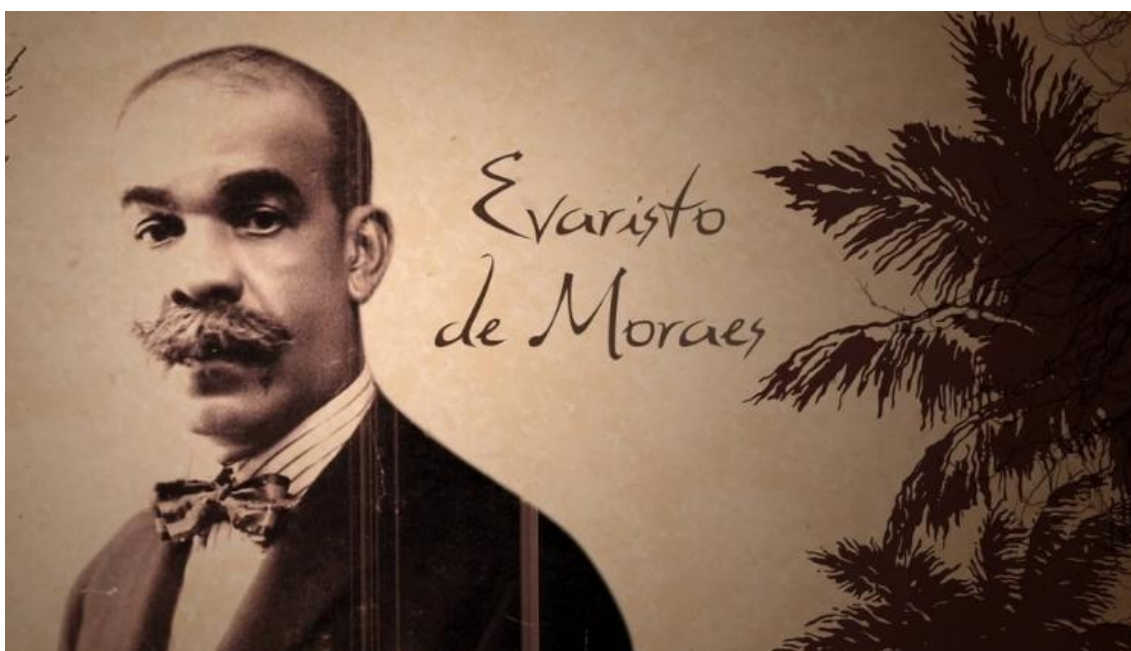
Para citar esta resenha

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp.

Resenha de: PASSOS, Viviane Andrade. Proposta crítica e multidimensional para um novo feminismo. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.17-24, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Antônio Evaristo de Moraes | Imagem: [Blog do Pedro Eloi](#)

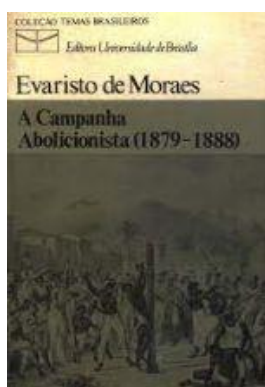
Sobre fim escravidão – Resenha de *A Campanha abolicionista (1879-1888)*, de Antônio Evaristo de Moraes

Aline Evelyn Pereira Leite e Silva (SEMED/Barbalha – CE/URCA)

Resumo: *A Campanha abolicionista*, de Antônio Evaristo de Moraes, busca interpretar tecnicamente a luta pela abolição da escravidão no Brasil. Excede em prolixidade e possui estruturação densa, mas apresenta fontes primárias, múltiplos agentes e reflexões pioneiras sobre os legados da escravidão no país.

Palavras-chave: abolição; Evaristo de Moraes; escravidão; movimento negro.

A abolição da escravidão, no Brasil, é uma questão de extrema relevância não só para os estudantes da História, mas para a sociedade como um todo. Este, foi o maior movimento negro e popular da história do país. Por isso, “A Campanha abolicionista (1879-1888), escrito há quase cem anos, por Antônio Evaristo de Moraes é leitura obrigatória porque o seu objetivo principal é apresentar, aos seus leitores contemporâneos e aos futuros leitores, os vários aspectos da campanha abolicionista, de maneira técnica, ou seja, como Moraes mesmo mencionou, não é um livro apenas para os “campeões da abolição”, “nem aos sustentadores da necessidade temporária da Escravidão” (p. 22). Assim, olhar do historiador Evaristo de Moraes é técnico e busca interpretar a história da abolição da escravidão no Brasil de tal forma.



abolicionista.

À época da escrita desse livro, Evaristo de Moraes era um jovem abolicionista, jornalista, advogado e professor que, aos dezesseis anos de idade, esteve presente nas comemorações alusivas à assinatura da Lei Aurea, pela princesa regente, Isabel de Bragança. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1871, o mulato era (para os padrões da época) pertencente a uma família de classe média. Nos primeiros anos da vida escolar, Moraes estudou no Colégio de São Bento e foi aluno dos notáveis Clóvis Bevilacqua, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Artur Orlando da Silva, dentre outros. Em 1888, já era professor de português, jornalista e

abolicionista. Ainda muito cedo, seu pai abandonou a família, deixando-os em situação financeira difícil. Ironicamente, anos depois, defendeu seu pai em julgamento. Moraes sempre foi autodidata e antes de conquistar seu diploma de advogado, era rábula, e muito prestigiado.

Politicamente, era republicano de linha moderada, atuando, em 1894, com relevância no âmbito político. Foi fundador do Partido Socialista Brasileiro e contava com o apoio político de Ruy Barbosa. Nesta senda, foi preso durante o governo do presidente Arthur Bernardes por duas vezes. Trata-se então de uma biografia interessante e intimamente ligada aos fatos históricos contemporâneos ao escritor.

A Campanha abolicionista é um livro que dá espaço para todos os grandes homens e mulheres partícipes deste movimento, sem cair em um maniqueísmo. Republicano que era, Evaristo de Moraes tece elogios ao Imperador Dom Pedro II a respeito de seu posicionamento perante a questão da abolição. Mesmo divergindo ideologicamente em relação ao regime Monarquista, Moraes demonstra capacidade de reconhecer o valor daqueles que, de alguma forma, fizeram parte dessa história. Em defesa do Imperador, ressalva que o monarca estava em um regime parlamentar, não tendo forças de acabar com o sistema escravista de forma autoritária, uma vez que não se tratava de um regime absolutista. Para o escritor, Dom Pedro II era um dos principais abolicionistas do Brasil.

A primeira parte do livro trata da Campanha Parlamentar, mencionando os efeitos “apoucados” da Lei do Ventre Livre e o fim do tráfico de escravos como a primeira medida tomada para o fim do cativeiro. Moraes também discute o *lobby* de um dos maiores abolicionistas que, embora não fosse político, estava intensamente engajado e em contato

com os parlamentares. Tratava-se de André Rebouças, negro, engenheiro e intelectual, profissional engajado na inserção do negro na sociedade de forma digna, com escritos, como “Agricultura Nacional – Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Democrática”, do ano de 1883. Ademais, Evaristo de Moraes abordou as diferenças entre as atuações dos ministros Dantas, Saraiva e Cotegipe.

A segunda parte do livro trata das questões sociais peculiares às províncias brasileiras, onde o movimento abolicionista impactou as relações sociais de formas singulares. Moraes aborda também a escravidão perante os diferentes credos religiosos e a maçonaria, como elucida no capítulo 10. Ademais, esclarece as causas sociais próximas à extinção virtual do cativo: (a) “a intransigência escravista do Barão de Cotegipe”, que reagiu à (b) “revogação do artigo 60 do Código Criminal e da lei n. 4, de 10/06/1831, no que dizia respeito (c) à “pena de açoites”, às manifestações antiescravistas do Imperador”, a (d) simpatia das “autoridades e policiais” à “causa dos cativos”, a (h) a mudança de sensibilidades e os “interesses dinásticos da Princesa Regente” que não se curvou à “pressão reacionária do Barão de Cotegipe” (p.367-368).

Na terceira e última parte do livro, Moraes mostra como se deu a extinção formal da escravidão (o advento da Lei de 13 de maio, a Lei Aurea) bem como a atuação da princesa Isabel e de Joaquim Nabuco, dentre outros. O autor dedicou ainda um capítulo a José do Patrocínio e à sua intensa liderança no movimento em prol da abolição. Finalmente, no capítulo 14, Moraes tece suas deduções sociológicas a respeito do pensamento social perante a escravidão.

Para ele, o fato de a escravidão ter estado presente durante três séculos na história brasileira, desde o núcleo familiar, na vida econômica, na organização política, enfim, em todos os âmbitos da sociedade, interferiu muito na visão que a maioria dos brasileiros tem sobre a relação com o trabalho, visão transmitida às gerações seguintes.

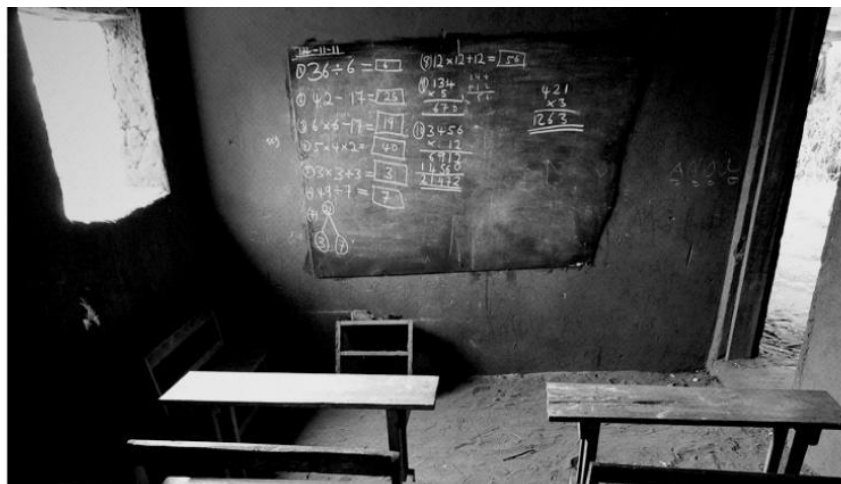
Moraes afirma que escravistas e abolicionistas sempre concordaram com o fato de a escravidão ser o fundamento das relações de trabalho, tendo sustentado todo o organismo social brasileiro. Ela produziu, “de fato, em certa época, riqueza material” e, “à sua custa, muito progrediu o Brasil”. O fato é que este progresso não atingiu toda a população brasileira, tampouco aqueles que mais colaboraram para ela. Nesta senda, o autor traz em suas deduções, um legado da escravidão vigente até os dias de hoje: “o ódio ao trabalho, principalmente agrícola e o servilismo”. (p.475).

Esse desprezo pela ocupação rural, e de outros trabalhos feitos pelos escravos, interfere na sociedade e na economia brasileira, como menciona no livro. Para o sociólogo Gilberto Amado, era difícil encontrar quem se ocupasse do trabalho com a terra. O homem livre, negro ou mestiço, por vezes, concebia tal tarefa com como trabalho de escravo, sendo portanto, desonrosa ocupação.

Moraes, mais uma vez, faz menção ao abolicionista André Rebouças, já que a sociedade fora duramente impactada ao não seguir o plano dele de inserção do negro na sociedade de forma digna, a partir dos escritos em “Agricultura Nacional”. A demora na abolição

frustrou os planos do engenheiro, motivando países de menor potencial para a agricultura, a ultrapassarem o Brasil.

Ao final de suas deduções neste capítulo, Moraes já propunha, quase um século atrás, meios de sanar os malefícios da escravidão, a começar por a extinção do analfabetismo no país, a preservação da infância, medidas protetoras do operário, o saneamento básico do meio rural e, por fim, o combate ao alcoolismo.



Analfabetismo Imagem : [FECOMERCIO/SP](https://www.fecomercio.org.br/)

A Campanha abolicionista foi pioneira ao tratar do movimento, trazendo uma gama de especificidades, inclusive religiosas, abordando o catolicismo e a maçonaria como principais agentes religiosos neste contexto. Ela enfatiza as causas, os agentes e intérpretes deste movimento abolicionista. A obra traz a discussão parlamentar sobre a abolição, a partir dos gabinetes Dantas, Saraiva e Cotegipe e João Alfredo e estabelece um diálogo com os leitores futuros, deixando claro que não busca exaltar os grandes feitos dos “campeões da abolição”, mas sim, fazer um trabalho historiográfico. O autor bem ressalta que louvou Patrocínio e Nabuco mas não menosprezou Cotegipe.

O posicionamento do escritor é de extrema cautela uma vez que recorda a singularidade e a complexidade da escravidão no Brasil. Ela estava inserida nos diversos meios, em todas as classes sociais. Havia, pois, uma transformação dos agentes sociais, tanto na evolução, quanto na regressão quanto a aderência ao movimento abolicionista.

No início dos anos noventa, Moraes já se refere à abolição nas diferentes províncias do Brasil, principalmente a do Ceará e aos seus agentes como o Dragão do Mar, João Cordeiro, José Cordeiro do Amaral, as famílias Jaguaribe e Araripe, além de Antônio Pinto de Mendonça, no âmbito parlamentar (p.278). Como conta a historiografia tradicional, não mais havia cativo na província do Ceará, no ano de 1884. Moraes narra a recepção do célebre jangadeiro Francisco José Nascimento na corte. Durante a véspera dos festejos em comemoração à recepção, foi “saudado em prosa e verso, havendo passeata abolicionista. No dia 25, a *Gazeta de Notícias* deu edição especial comemorativa, brilhantemente colaborada... Teve a libertação do Ceará repercussão memorável em Paris. Patrocínio estava lá” (p.280).

Como afirmado por um historiador que vivenciou esse tempo, Antônio Evaristo de Moraes traz uma série de fontes primárias acerca do tema e convida o leitor a um trabalho posterior de pesquisa de nomes e fatos importantes a serem estudados. Ainda sobre a libertação no Ceará, o autor traz uma carta do escritor Victor Hugo ao Imperador, saudando o Brasil pelo 25 de março, na província cearense. O historiador traz fontes primárias ao leitor, como o escrito *Agricultura Nacional*, de André Rebouças, sobre a atuação de José do Patrocínio e *O Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Assim sendo, é válida a ressalva de que poucos escritores conseguem compilar em sua biografia vivências tão singulares da História quanto Evaristo de Moraes.

A obra, está muito distante de ser um mero relato jornalístico. Mesmo que pertencesse ao gênero, o autor (um agente político) não levou predominantemente suas paixões para sua obra, não limitando a um relato de ações ou reprodução de efeitos. Apresentou a abolição a partir das fragilidades humanas de todos aqueles que que compartilharam aquele momento histórico.

Moraes buscou abstrair das considerações pessoais de amizades ou inimizades e, ciente do que escreveu, afirma que talvez não agradasse os que chamou de “campeões da abolição” nem os defensores do regime. O fato é que agradar não era seu objetivo. Sua meta era “fornecer ideia mais ou menos precisa aos não contemporâneos do que foi esse movimento, sem dar maior ou menor espaço aos agentes desse contexto: “Apresentei-as tais como as encontrei delineadas pelos seus atos, dentro dos acontecimentos”. O autor buscou, com sua obra, agregar conhecimento a respeito da campanha abolicionista que, “durante nove anos, se debateram todas as forças vivas da Nação, a bem da liberdade de milhares de criaturas, cuja miséria moral não impediu que fossem fatores do nosso progresso material”. (p. 24).

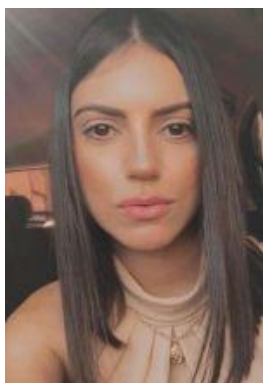
O cronista, como lembra Lemos de Brito, não faz romance ou poesia acerca do tema, ele recolhe os fatos e os expôs. E foi o que realizou Moraes ao escrever este livro. Classificou os depoimentos dos participantes do processo abolicionista e se ateve as atitudes dos homens de modo a alcançar os efeitos individuais e coletivos no êxito do movimento. Ele cumpre os objetivos anunciados na medida em que não foi partidário. Não imprimiu na obra um deslocamento de agentes da abolição, apresentando os participantes deste processo abolicionista a partir dos atos de cada um. Sua intenção foi descrever o acontecimento para a sua geração e as vindouras. É importante ressaltar que Moraes era um abolicionista, que vivenciou aquele momento, mas ainda assim não menosprezou a figura de Cotegipe. Ele descreveu suas ações, assim como o fizera com as ações do imperador, mesmo tendo opinião política divergente.

O livro *A Campanha abolicionista*, de Evaristo de Moraes, tem valor importante uma vez que foi pioneiro na historiografia brasileira neste seguimento, cumprindo assim o seu objetivo. Por essa razão, principalmente, a obra é leitura primordial aos estudantes de História e aqueles que querem conhecer de forma profunda a história do maior movimento negro e popular do país.

Sumário *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*

Ensaio: As várias vidas de Antônio Evaristo de Moraes
Prefácio
Efeitos demorados e apoucados da “Lei do Ventre Livre”
Início da Campanha Parlamentar pela Abolição
Movimento Popular Abolicionista
Ministério Dantas (1845-1885)
Ministério Saraiva
Ministério Cotegipe
Ministério Cotegipe (1866-1888)
A Escravidão em juízo
O Abolicionismo em algumas províncias
A Escravidão perante vários credos religiosos e a Marçonaria
Causas próximas da extinção virtual da Escravidão
Ministério João Alfredo. Extinção “formal” da Escravidão. Lei 113 de maio
José do Patrocínio
Deduções Sociológicas
Notas
Apêndice documental
Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão

Resenhista



Aline Evelyn Pereira Leite e Silva é graduada em História, com pesquisa sobre “A representação dos nordestinos nas redes sociais”. É professora de História na Escola Municipal Sebastião Santiago da Paz (SEMED/Barbalha – CE) e aluna de Direito na Universidade Regional do Cariri (URCA). ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3430129931239452>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5828-4195>; E-mail: aline.evelyn@urca.br.

Para citar esta resenha

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. 3ed. Garibaldi: Clube Rebouças, 2021. 593p. Resenha de: LEITE E SILVA, Aline Evelyn Pereira. Uma interpretação sobre o fim da Escravidão no Brasil. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.6, 02, p.25-31, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Ilustração de Mateus Oliveira Queiroz para o *Manual didático do professor de História História local e aprendizagem significativa*.

Escola do século XXI – Resenha de *Manual didático do professor de História: História local e Aprendizagem Significativa*, de Moisés Santos Reis Amaral

Douglas Silva (SEED-SE/UFS)

Resumo: *Manual Didático do professor de História: História local e Aprendizagem significativa*, de Moisés Santos Reis Amaral, visa orientar o ensino da história local com metodologias ativas. Falha ao ignorar limitações estruturais da escola pública e a crítica ao uso político da memória, mas apresenta sequências didáticas acessíveis e adaptáveis.

Palavras-chave: Moisés Amaral; história local; ensino de História; metodologias ativas; tecnologias educacionais.

Manual Didático do professor de História: História local e Aprendizagem significativa, de Moisés Santos Reis Amaral, propõe metodologias ativas para o ensino de História com o uso das modernas tecnologias na educação básica a fim de aproximar o estudante e a atualidade e de envolvê-lo no processo de ensino-aprendizagem. Essa tarefa, segundo o autor, exige formação continuada numa guinada para a criticidade e a interação.



O livro aborda a história local do município de Fátima-BA, lugar onde o autor trabalha como professor da rede municipal de ensino. Ele é graduado em História pelo Centro Universitário Ages, especializado em História e Cultura Afro-brasileira pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Amaral também passou temporada na rede particular de ensino e atua como tutor e palestrante nas áreas de Educação, Ensino de História e Geografia.

Na introdução, há um debate sobre os desafios do professor de história atual para a aplicação das novas tecnologias diante da formação continuada em uma sociedade ávida por assimilação rápida de conteúdo e que, dentro de uma lógica de competitividade, exige celeridade por parte do professor. Dessa forma, segundo o autor, a rede mundial de computadores tornou-se uma ferramenta imprescindível de ensinar e aprender.

Pondera o autor, entretanto, que o professor deve filtrar as informações e recursos que podem ser úteis ao seu trabalho em sala de aula e que, ao mesmo tempo, o conteúdo selecionado não deve ser apenas constituído por conceitos, fatos e processos ou destituído de base científica, risco permanente que se corre diante de um volume de informações baseadas no negacionismo em reação ao saber científico. A obra também critica o ensino tradicional e sua aplicabilidade futura, defendendo uma História que valorize a contribuição dos grupos socialmente excluídos, dado que a literatura historiográfica escolar ainda permanece calcada em ícones, efemérides e numa perspectiva eurocêntrica.

Contudo, o autor não faz menção à importância de que a sua e qualquer outra obra que trate de História local não seja um instrumento de manipulação de fatos históricos por grupos políticos do lugar com finalidade de utilizar subterfúgios em escolas públicas para autopropaganda. Do mesmo modo, a obra deveria fazer menção, nessa parte introdutória, ao fato de que o historiador que produz o resgate local necessita ter uma autocobrança no sentido de não colocar o afeto pelo lugar acima da pesquisa científica.

Amaral propõe um manual com sequências didáticas sobre a História local do município de Fátima para possibilitar ao professor de História a atividade prática com seus estudantes. O livro é composto por nove capítulos. Após a introdução, apresenta seis capítulos que discorrem sobre destacados fatos da história local e que correspondem (cada um deles) às etapas de um planejamento destinado a estudantes dos anos finais do ensino fundamental e médio com a possibilidade, segundo é mencionado, de adaptações aos anos iniciais do ensino fundamental. Em todos eles, o autor segue uma ordem uniforme de orientações para os docentes que consiste em: objetivo geral, destinatário (público-alvo), habilidades desenvolvidas, valores priorizados, relação sugerida com os conteúdos prescritos no

currículo escolar em vigor, recursos empregados pelos estudantes (conexão de rede sem fio, computadores, impressão, material gráfico, fotografias antigas impressas em papel ofício, data-show, gravador de voz, câmera fotográfica, material gráfico), descrição da fonte principal, descrição da atividade, questões para reflexão, possíveis resultados, proposta de avaliação e adaptação para outros destinatários.

Não obstante essas importantes questões, a parte introdutória carece de uma importante indagação: como implementar um conjunto de ações pedagógicas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) sem a garantia de uma universalização desses recursos entre os estudantes, principalmente, na escola pública brasileira?

Em todas as atividades propostas, há a preocupação de tratar da história local com participação ativa dos discentes. É o que percebemos nos capítulos iniciais – “Contando histórias de coronéis” e “O Volante Fatimense”. Ali, o autor expõe como o “coronelismo”, o “cangaço” e a forma patriarcal de estabelecer líderes no interior do Nordeste brasileiro, em particular, nos municípios de Fátima e Cícero Dantas, são forjados na ausência da vontade popular, na romantização de pessoas da cena local detentoras de poder econômico, na exclusão social que desencadeia diversos problemas, dentre eles a criminalidade ontem e hoje, mudando apenas os personagens e as modalidades de crime.

A proposta desses dois capítulos é fazer o estudante estabelecer pontes entre esses dois fatos e o cotidiano do espaço onde abita. A avaliação dos resultados enfatiza que o aluno deve ser capaz de fazer essas interrelações com os textos de apoio oferecidos e lidos bem como com os trabalhos posteriormente desenvolvidos, porém, talvez fosse necessária a explicitação de como proceder com possíveis percalços que os estudantes porventura tenham passado na assimilação do conhecimento com rendimento não fosse satisfatório. Desconsiderar que entre os estudantes possam existir não nascidos ou não viventes há muito tempo no município é temerário aos objetivos propostos, pois a esses o conhecimento sobre a realidade estudada pode deter um período maior que os demais, confrontando as narrativas locais com os conhecimentos prévios a partir das histórias vividas ou narradas por familiares e pessoas próximas.

Nos capítulos “Narrativas de Seu Faustino: Beatos e cangaceiros nas terras da Feirinha” e “Fátima: de Ângelo Lagoa à emancipação, do barracão à independência”, a ideia do autor é tratar da espacialidade e formação do lugar a partir de fatos e processos históricos relevantes e atravessados pela violência. A obra instiga os estudantes a refletir sobre as origens desse problema social e sua relação com a pobreza. Neles estão dispostas narrativas de pessoas da comunidade que testemunharam alguns desses acontecimentos e que oferecem importantes informações sobre a formação territorial do atual município de Fátima. Contém ainda imagens fotográficas que destacam, em diferentes tempos históricos, diversos acontecimentos da história do lugar.

São propostas atividades práticas de iniciação à pesquisa e a escrita histórica como a prospecção e seleção de fontes históricas. Posteriormente, são desenvolvidas atividades dissertativas sobre os conteúdos e outras de caráter descritivo no que tange às fotografias. A possibilidade de adaptar as tarefas propostas para uma atividade oral àqueles com dificuldade textual parece ser um aspecto relevante do trabalho.

No capítulo seguinte – “A criação de gado e o povoamento do Sertão” – os alunos são convidados a produzir dissertações que contenham criticidade a partir da temática proposta no capítulo e que esses textos possam alimentar uma página da internet e, assim, contribuir para a criação de uma ferramenta que ofereça o conhecimento da História local de uma maneira amplificada e democrática.

A abordagem da história local de Fátima-BA dialoga com diversos contextos políticos e sociais do Sertão Nordestino do final do século XIX ao curso do século XX e seus reflexos na vida das pessoas do lugar: a Guerra de Canudos, o Cangaço, o Coronelismo e a criação de novos municípios no Pós-ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985.



Ilustração de *Luta Contra Canudos* (Esteves, Jozz e Sanoki, 2014, p. 12)

Em “Apêndice” tem-se diversas fontes para o subsídio ao emprego dos cinco capítulos anteriores. São textos, narrativas transcritas na íntegra, fotografias de eventos históricos do município de Fátima fundamentais à compreensão da História local.

Em “Considerações Finais”, o autor retoma indagações sobre a formação de um professor de História preparado para uma escola que supere barreiras do ensino reprodutor de conteúdos e que possa ser o principal agente dessa transformação estimulando a criticidade e a versatilidade.

A obra é construída por uma linguagem de fácil compreensão e tem a preocupação em demonstrar de maneira clara a sequência de tarefas e procedimentos propostos aos professores. Permite aos docentes pensar de maneira mais ampliada sobre a necessidade de se incluir em seu cotidiano de sala de aula a história do chão de seus estudantes, contada a partir dos referenciais de cientistas históricos e intelectuais locais, mas também, por pessoas “invisíveis”, que comunicam, em suas memórias, relevantes dados que outrora foram desprezados por uma historiografia totalizante.

Possibilita flexibilidade no ensinar quando permite estratégias de releituras a partir de faixas etárias distintas. O reconhecimento de que o livro tem um zelo pela adaptação das tarefas propostas a diferentes níveis de ensino nos permite observar que seria importante poder alcançar às crianças e jovens especiais que são contemplados pela educação inclusiva à luz da vasta legislação atualmente existente no Brasil.

Falando de escola pública, também é oportuno registrar que são necessárias outras indicações de trabalho do conteúdo quando não se tem recursos de informática disponíveis no ambiente escolar e sobretudo quando os estudantes, em sua maioria carentes economicamente, não dispõem de aparelhos eletrônicos nem de acesso a dados de internet, sejam eles de áreas rurais ou urbanas.

Enfim, o *Manual didático do professor de História: História local e Aprendizagem Significativa* é útil, relevante e oportuno como instrumento de ensino, sobretudo. Mas, como parte de um processo de formação identitária, o professor Reis poderia apresentar resultados de suas experiências conforme os exemplos oferecidos no manual a fim de que o seu leitor potencial pudesse reconhecer as dificuldades, revisá-las e melhor as contornar.

Referências

ESTEVES, D.; JOZZ; SANOKI, A. *Luta Contra Canudos*. São Paulo: Nemo, 2014.

Sumário de *Manual didático do professor de História: História Local e Aprendizagem Significativa*

Introdução

Contando histórias de coronéis

O volante Fatimense

Narrativas de Seu Faustino: Beatos e cangaceiros nas terras da Feirinha

Fátima: de Ângelo Lagoa à emancipação, do barracão à independência.

A criação de gado e o povoamento do “Sertão”.

Apêndice

Considerações Finais

Referências Bibliográficas

Resenhista



Douglas Silva é professor do Colégio Estadual Olavo Bilac em Aracaju-SE, da Escola Municipal Maria das Graças Souza Garcez em Itaporanga d’Ajuda e aluno do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe. Publicou entre outros trabalhos *Cidadania em um Universo Relacional: População de Rua em Aracaju-SE* projeto de iniciação científica do PBIC/CNPq. Email: ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9099513651518567>; ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1036-2270>; Facebook: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100008474169903>; Instagram: @douglasleoni13; Email: douglasleoni99@gmail.com.

Para citar esta resenha

REIS, Moisés. *Manual didático do professor de História: História local e Aprendizagem significativa*. Aracaju: 2019. 103p. Resenha de: SILVA, Douglas. A escola do século XXI. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.32-37, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Crítica Historiográfica

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



João Roberto Martins Filho | Foto: Gabriela Di Bela/[The Intercept](#)

Voltando ao poder – Resenha de *Os militares e a crise brasileira*, de João Roberto Martins Filho

Haroldo Loguercio Carvalho (DH/UFRN)

Resumo: *Os militares e a crise brasileira*, organizado por João Roberto Martins Filho, analisa criticamente a atuação das Forças Armadas no governo Bolsonaro. Ignora, em alguns capítulos, maior diversidade regional e social entre os militares, mas oferece análises rigorosas sobre militarismo, autoritarismo e democracia no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: João Roberto Martins Filho; militarismo; bolsonarismo; autoritarismo; democracia brasileira.

Os militares e a crise brasileira é uma obra escrita a muitas mãos como declara o seu apresentador e organizador, o cientista político, João Roberto Martins Filho. São pesquisadores das ciências sociais e humanas que destrincham, com análises e evidências consistentes, o emaranhado em que nos encontramos, desde a retomada, em alta intensidade, da ação política das Forças Armadas quando vislumbraram em Jair Bolsonaro, o capitão “dono de uma fé de ofício pobre, reprovável, brutal e curta”, o representante para liderar a agenda autoritária que estava em latência desde o fim da ditadura militar que oprimiu o Brasil, de 1964 até 1985.



Os responsáveis pelos quinze textos da coletânea são parte significativa do conjunto de estudiosos sobre as Forças Armadas. Muitos estão conectados à Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e a maioria têm larga produção acadêmica na área. O livro é composto por quinze capítulos e uma entrevista com Héctor Saint-Pierre, concedida à Ana Penido. Na fala, esse especialista discorre sobre papel desempenhado pelas Forças Armadas no contexto internacional a partir de três temas: a autonomia diante do Estado e sua relação com a democracia; as percepções de hegemonia regional; e os conceitos de inimigo na dinâmica de guerra e paz.

Abrindo a coletânea, o texto *Fileiras desconhecidas*, de Manuel Domingos Neto, discute as relações dos militares com a crise de 2013, o golpe de 2015 e a campanha eleitoral e o governo de Jair Bolsonaro. Para o autor, a crise que atravessamos diz respeito ao desmonte acelerado do Estado, a supressão dos direitos sociais, a destruição da economia sem aparente futuro promissor. Afirma que o presidente não tem senso de responsabilidade e dignidade. É um regressista perverso, avesso ao que há de bom na modernidade, apaixonado pelo que há de pior na civilização. Sobre o caráter de “governo tutelado por militares”, “governo militar” ou de “militares” ou “militarizado” pondera Domingos Neto que os pesquisadores acadêmicos [não] dominam certos elementos do poderio militar no processo em curso. Assim, não estariam claras todas as explicações plausíveis para construir o nexos que justificasse o retorno dos militares ao mando surfando na “onda maluca” que envolveu parcelas conservadoras da sociedade. O autor faz um alerta a partir da leitura de Maquiavel, quando diz que “a sociedade que desconhece seus componentes fardados fica sujeita a riscos”.

A origem social e a transmissibilidade familiar dos militares são discutidas por Ricardo Costa de Oliveira da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no revelador capítulo *Hereditariedade e família militar*. O texto traz um escrutínio da origem familiar e social de dezessete oficiais generais que ocuparam e ocupam cargos políticos no governo Bolsonaro. Deste contingente, 70% são filhos de oficiais das Forças Armadas ou de Segurança. O autor nos revela que ninguém chega a ser general sem fortes capitais sociais, políticos e familiares e muitos apontam a promoção como coroamento endógeno da casta militar, partilhando ideologias e culturas políticas. Essa geração entrou na academia militar nos anos 1970, em plena ditadura, e muitos dos pais e avós foram apoiadores efusivos do golpe

de 1964. O autor também afirma que os generais ocupantes de cargos políticos tendem a ser herdeiros e parentes de grupos superiores das antigas classes dominantes proprietárias, ou das elites sociais regionais e locais, com raras exceções.

Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto é o texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva. Nele, o autor disserta sobre o percurso tortuoso da “Transição” brasileira “falhada”, afirmando que a ascensão do bolsonarismo é o resultado e não a causa de histórica presença de tendências fascistas pré-existentes. São grupos embutidos nas Forças Armadas que sempre conspiraram contra a Nova República, atuaram para a corrosão das instituições a fim de chegarem a novos autoritarismos. O esforço de Bolsonaro nesse sentido é claríssimo. Esse grupo conspira desde a Quarta República (1945-1964), momento em que as derrotas sucessivas da União Democrática Nacional (UDN) mostravam que havia uma população com direito ao voto que lhes derrotaria nas urnas. Tal grupo consolidou-se nas polícias, escolas e academias de formação militar, acumulando forças para reconquistar o Estado por meio de uma aliança histórica com *o empuxo fascista* vindo de baixo, da própria sociedade. A “transição falhada” é também resultante da incapacidade de termos levado os próceres deste grupo (defensores da tortura e da eliminação de opositores como método político e seus perpetradores) à justiça com base na verdade a fim de reconstruirmos nossa memória. E foi a “Abertura” do período Geisel-Golbery o momento tenso em que tentaram um novo golpe, em 1977. Sua derrota e o afastamento de seu representante máximo, Sílvio Frota, não significaram o seu fim. Ustra e Bolsonaro assumiram a função de recolocar o passado tutelar que os militares sempre requisitaram como projeto de futuro.

O livro também explora a luta política travada pelos militares na arena cibernética a partir de uma nova modalidade de guerra com vistas à retomada do poder: a guerra híbrida. Estratégia de confusão, cujo formato de operação, em “loops” e inversões tem como objetivo afetar a cognição de uma nação, de uma população, de uma elite ou de setores de um Estado. Escrito por Piero C. Leiner, “Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira” informa que esta guerra híbrida está na base da “tomada do estado”, combinada ao antipetismo que afetou tanto os militares quanto a população em geral ao criar, em torno de Jair Bolsonaro, uma sensação de que estamos vivendo, dia após dia, um desencontro geral e caótico em que eventos bombásticos se sucedem intensamente de tal modo que acabamos nem percebendo que estamos vivenciando esta guerra.

Outro capítulo discorre sobre esses novos modelos de guerra. “Soldados influenciadores: Os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Boas”, de Marcelo Godoy, narra um evento noticiado no site do Ministério da Defesa, em 30 de novembro de 2019, com o seguinte título: “Formatura de aspirantes emociona Bolsonaro e leva milhares de familiares à Aman”. Sendo notícia comum, em princípio, o autor, entretanto, demonstra tratar-se de algo fora do padrão, pois destoia do caráter objetivo e frio que caracterizam os informes militares. Esse comunicado estava publicado no site do Ministério da Defesa, comunicando certa subjetividade afetiva. A questão ganha sentido por se tratar do retorno “triumfal” do militar, reformado para não ser expulso, que afastado da caserna fizera

carreira política defendendo os valores contrários à redemocratização do país. Durante vinte e oito anos, Bolsonaro esteve proibido de entrar Academia Militar de Agulhas Negras, o mesmo tempo em que identificamos o recolhimento da oficialidade da arena política. Os tuites do general Villas Bôas, ameaçando o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, abria uma nova época para os antigos contentores dos inimigos internos cuja formulação se origina na Doutrina de Segurança Nacional, herdeira da guerra fria.

O texto de Maud Chiri – “Da linha dura ao marxismo cultural. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014)” – também se soma à busca de entendimento dos caminhos percorridos pela extrema direita brasileira que compõe o que chama de “nebulosa ultraconservadora”. Tal grupo, junto aos militares saudosistas de 1964, articulou-se entre os anos 2000 e 2010, por meio do jornal *Inconfidência*, para dar forma as lutas da “linha dura” militar, incorporando as “teses” do marxismo cultural e assumindo-se como a “última trincheira da ordem e da moral, diante da ofensiva comunista”.

“Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura com método”, de Eduardo Costa Pinto, também aborda a guerra ou as táticas de guerra utilizadas na campanha eleitoral com o objetivo de levar desinformação e desorientação à opinião pública, em benefício de Bolsonaro. Costa Pinto recorre ao exame de dois grupos de apoiadores: os “olavistas”, inspirados no autointitulado “filósofo” Olavo de Carvalho, e os militares. O autor, contudo, não partilha da diferenciação tão comum na imprensa brasileira: os fardados e os “ideológicos”. Mesmo que se identifiquem nuances diferenciadas nas formas de atuação, o autor afirma haver visões de mundo convergentes entre a doutrina de guerra revolucionária, recepcionada pela Escola Superior de Guerra, nos anos 1950, e o ideário dos chamados “paleoconservadores” da nova direita norte-americana, especialmente no alinhamento da política externa de Donald Trump.

Maquiavel, Bolsonaro e os soldados é assinado por João Roberto Martins Filho. O texto faz uma aproximação entre a prática política e a forma de governar do presidente Jair Bolsonaro em O Príncipe, de Maquiavel. Ensina Maquiavel que somente a graça da fortuna, das circunstâncias da conjuntura favorável não garantem ao governante sem virtú as condições favoráveis de governo. Os generais que estiveram ao entorno do candidato e no governo sabiam perfeitamente quem era o sujeito. No entanto, alimentaram a ilusão de que poderiam tutelá-lo e inculcar-lhe juízo. O homem se revelou incapaz de aperfeiçoamento e, hoje, expõe ao desgaste público os generais, da reserva e da ativa, ao seu projeto exclusivo de proteger a si e sua irrequieta prole das garras da lei que lhe atormentarão o sono quando tiver que dormir longe do palácio.



Jair Bolsonaro e Nicolau Maquiavel | Imagem: [Gazeta do Povo](#)

O triste quadro a que foi submetido o país e seu povo têm, ainda na obra de Maquiavel, uma orientação de perspectivas diferenciadas quando o florentino apresenta o capítulo “Exortação a tomar a Itália e a libertá-las dos bárbaros”. É neste momento que o observador da política se transmuta em utopista, experimentando um pouco do espírito do seu contemporâneo Thomas Morus. Oxalá.

“A palavra convence e o exemplo arrasta” é o capítulo escrito por Marcelo Pimentel Jorge de Souza. Com texto surpreendente por se tratar de uma reflexão “de dentro”, o autor traça um desafiador cenário para a democracia brasileira pelo que define, consistentemente, como ‘partido militar’. Invisível a olho nu, tal partido se enraizou de forma hegemônica a fim de fazer valer a defesa não do país, mas da memória histórica autoproduzida que, com forte carga ideológica e dramática, cultivou o senso de “responsabilidade” ou obrigação moral de “salvar a nação” de seus inimigos internos. O anticomunismo é o cimento que os une. Fazendo uso da camisa amarela e do slogan “meu partido é o Brasil”, militares escondem-se em agremiações inexpressivas e ressuscitam a miopia ingênua, equivocada e perigosa que alimentou a falsa justificativa do golpe de 1964: “salvar a nação de si mesma”.

O tratamento orçamentário especial concedido às Forças Armadas é o caminho para comprovar o aparelhamento militar. Equiparando os vencimentos dos militares da ativa com os da reserva, o governo proporcionou um afluxo intermitente de novos militantes da causa militar em todos os níveis da administração pública.

As relações dos militares com a sociedade civil é o tema central dos capítulos: “Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, Forças Armadas e política”, de Eduardo Heleno de Jesus Santos, e “As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer!”, de Luís Alexandre Fuccile. Ambos abordam a questão sob a ótica desenvolvida por Samuel Huntington em seu clássico *O soldado e o Estado*. Nesta abordagem, emerge o conceito de controle civil subjetivo uma vez que nessas três décadas de redemocratização, não foi construído um padrão de relacionamento político que permitisse o efetivo controle da sociedade sobre os militares a fim de tornar a democracia um elemento sólido e enraizado no ambiente social. Os exemplos de chamamento à “intervenção militar constitucional” que ganharam as ruas do país são exemplos claros do nosso fracasso em estabelecer os limites da caserna em relação à política.

Essa questão é esclarecida no escrito de Ana Penido e Suzeley Kalil Mathias, intitulado “Pensando a Educação de militares na democracia”. As autoras declaram que mesmo depois do retorno à democracia, a educação que foi implementada nas escolas militares ganhou a função de “guardião de uma cultura própria das FFAA”, local onde se garantiu a manutenção da trincheira de autonomia castrense. O princípio veio à tona neste momento de fragilização da sociedade civil quando puderam dar sentido militar a um governo que ascendeu ao poder pelo regime civil. Cabe saber como se dará a continuidade, ruptura ou superação do impasse de termos novamente o “partido militar” exercendo seu controle autoritário sobre a sociedade, tomada como incapaz.

Em dois capítulos outros podemos perceber claramente o significado da militarização do governo Bolsonaro: “Pandemia e necropolítica brasileira: as forças repressivas e a gênese contínua do capital”, escrito por Eduardo Mei, e “Bolsonaro e os índios”, de Luís Gustavo Guerreiro Moreira e Manuel Domingos Neto. Pelo primeiro, entendemos o papel histórico das forças de segurança na defesa do processo de espoliação tão narrado em nossa historiografia e tão distante do conhecimento que circula na sociedade. A atual degradação das condições de vida e a insegurança que atinge grande parte da população brasileira são reflexo tardio da violência perpetrada pelos colonizadores portugueses. Traçando um paralelo com a obra máxima de Marx e com o sentido geral da dialética da colonização, Mei afirma que o Brasil não é nem mesmo um país, e sim, um campo de predação e exploração dos seus povos e dos seus recursos naturais. A necropolítica estaria caracterizada pela condição de que os grupos sociais que se sentem representados no governo atual se atribuem a soberania de poder ditar quem pode viver e quem deve morrer.

A partir daí, as características do bolsonarismo são similares às dos fascismos: 1. subcultura de adoração e culto a ídolos fascistas; 2. tradicionalismo (família tradicional brasileira); 3. irracionalismo, a distorção e negação da realidade, e o ataque à ciência e às universidades; 4. militarismo e belicismo; 5. culto à violência, inclusive à tortura; 6. estigmatização de grupos étnicos e sociais; 7. sectarismo e (pseudo)-nacionalismo; e 8. divisão do país em “amigos” e “inimigos”.

Pelo segundo capítulo, que esclarece o significado de militarização no governo atual, conhecemos em detalhes a destruição da política indigenista brasileira. Quanto ao papel dos militares nesta tragédia brasileira, fica evidente que “diante do índio, o soldado narcísico e truculento mostra a fragilidade da narrativa de fundador da nação”. O patriota aparece agora como o bandeirante, o genocida. Durante a ditadura, os militares investiram contra os indígenas praticando torturas, assassinatos em massa, ataques bacteriológicos e químicos, estupros e trabalhos forçados. Agora, no governo do capitão, militares teriam condições de voltar à carga e, hipocritamente, sempre que há denúncias no ambiente internacional, atribuem ao interesse estrangeiro sobre nossas riquezas.

Em “A conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica”, Adriana A. Marques traça um impactante paralelo entre os militares brasileiros que participaram da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Nesse contexto, agregaram à sua formação profissional estritamente militar o engajamento em atividades da vida civil e, com isso, a reaproximaram

a ação política das Forças Armadas, ausente desde o fim da ditadura. Marques nos mostra que praticamente todo o alto comando desta missão acabou assumindo cargos políticos na gestão de Bolsonaro. Relata ainda que mesmo o ex-capitão que chefiou a seção técnica da Companhia de Engenharia do Brasil no Haiti, Tarcísio de Freitas, acabou se tornando Ministro da Infraestrutura e é, agora, em 2022, o candidato de Bolsonaro ao governo de São Paulo.

Passados mais de três anos de militarização da máquina pública, os riscos de os fardados se contaminarem pelo desgaste do próprio governo é um capítulo ainda em construção. Tal escrito é, inclusive, tarefa desejável pelos autores aqui citados, algo que ficará claro ao leitor que consumir o livro integralmente. Se a intenção convergente dos autores, anunciada por João Roberto Martins Filho, era dar a compreender causas, processos, consequências atuais e futuras da relação dos militares na “crise brasileira”, penso que a meta da obra foi plenamente atingida. E esse julgamento me obriga a afirmar que o livro é absolutamente útil ao nosso olhar e à nossa ação sobre o atual processo sucessório para a presidência da República.

Sumário de *Os militares e a crise brasileira*

Apresentação | João Roberto Martins Filho

Fileiras desconhecidas | Manuel Domingos Neto

Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto | Francisco Carlos Teixeira da Silva

Soldados influenciadores: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas | Marcelo Godoy

Maquiavel, Bolsonaro e os soldados | João Roberto Martins Filho

Bolsonaro e os índios | Manuel Domingos Neto e Luís Gustavo Guerreiro Moreira

Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira | Piero C. Leirner

“A palavra convence e o exemplo arrasta” | Marcelo Pimentel Jorge de Souza

Pandemia e necropolítica brasileira: as forças repressivas e a gênese contínua do capital | Eduardo Mei

Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, forças armadas e política | Eduardo Heleno de Jesus Santos

Da linha dura ao marxismo cultural. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira (*Jornal Inconfidência*, 1988-2014) | Maud Chirio

Hereditariedade e família militar | Ricardo Costa de Oliveira

As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer! | Luís Alexandre Fuccille

Pensando a educação dos militares na democracia | Ana Penido e Suzeley Kalil Mathias

Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura com método | Eduardo Costa Pinto

A conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica | Adriana A. Marques

Entrevista de Héctor Saint-Pierre e Ana Penido

Resenhista



Haroldo Loguercio Carvalho é doutor em História (PUC-RS), professor do Departamento de História, do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orienta pesquisa nas áreas de História Política no Brasil Republicano, História das Relações Internacionais e em Ensino de História. Entre outros trabalhos, publicou: “Percepções da América do Sul no pensamento brasileiro contemporâneo” e *História e Estados Americanos*. ID Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9190627462162920>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2418-7212>; E-mail:

haroldolc@gmail.com.

Para citar esta resenha

MARTINS FILHO, João Roberto. *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021. 270p. Resenha de: CARVALHO, Haroldo Loguercio. De volta ao poder. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.6, p.38-45, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Richard Evans Foto [Philipp Ebellin](#)

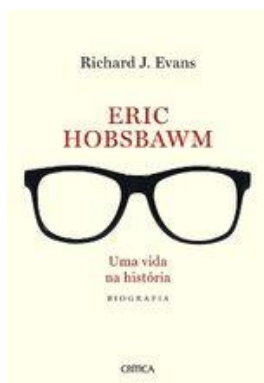
Para conhecer o historiador – Resenha de *Eric Hobsbawm: uma vida na história*, de Richard Evans

Katty Cristina Lima Sá (G/Tempo/UFS)

Resumo: *Eric Hobsbawm: uma vida na história*, de Richard Evans, busca contextualizar a trajetória intelectual e pessoal de Hobsbawm no século XX. Apesar de ignorar maior problematização historiográfica, destaca-se pela ampla documentação, escrita acessível e por apresentar o historiador em sua complexidade como homem e intelectual marxista.

Palavras-chave: Eric Hobsbawm; Richard Evans; biografia; marxismo; história da historiografia.

Alguns sobrenomes possuem uma grafia difícil de ser executada corretamente, sendo esse o caso de “Hobsbaum”, geralmente escrito com “u”, que designa o historiador Eric John Ernest Hobsbawm, inglês nascido na cidade de Alexandria em 1917, filho de pai britânico e mãe austríaca, ambos judeus. Contudo, a versão de Eric Hobsbawm – que, durante seu registro, teve, erroneamente, o “w” colocado ao invés do “u” – dificilmente será esquecida graças às obras que ele assina e à biografia em que ele mesmo se apresenta como título. Referimo-nos à obra *Eric Hobsbawm: uma vida na história*, escrita por Richard Evans e lançada, no Brasil, em 2021.



Evans é especialista em história europeia dos séculos XIX e XX, com foco nos estudos sobre a Alemanha nazista. Foi professor da Universidade de Cambridge e autor de diversos livros, com destaque para a trilogia *O Terceiro Reich*. Em sua obra mais recente, Evans traz a trajetória de uma figura cosmopolita desde suas origens, alguém que conheceu e foi conhecido em todos os continentes. Não se trata de uma biografia produzida para responder um problema, tampouco de um texto que procura engrandecer ou detratar a imagem do biografado. O objetivo do livro é situar a vida de Hobsbawm e sua atuação como historiador no contexto do século XX; trata-se de apresentá-lo ao mundo do século XXI através de suas “próprias palavras” (p.10).

O leitor, no entanto, pode questionar: o próprio Hobsbawm já não havia feito isso em *Tempos Interessantes*, sua autobiografia lançada em 2002? Para Evans, a escrita do seu biografado era um livro de memórias, enquanto a sua recorreria a fontes contemporâneas aos pensamentos e ações de Hobsbawm. De fato, o autor utiliza fontes acerca da vida de Eric, que incluem entrevistas com parentes e amigos, relatórios da inteligência britânica sobre suas atividades políticas, resenhas das obras por ele lançadas, além de diários pessoais. Os últimos são as fontes de maior importância e recorrência ao longo do livro; elas são citadas continuamente, criando a sensação de estar em proximidade com o biografado. Desse modo, torna-se fácil abandonar a etiqueta acadêmica e chamá-lo apenas de Eric.

Com vida longa, Eric faleceu aos 95 anos, em 01 de outubro de 2012. Para acompanhar o biografado de forma linear, a obra foi dividida em dez capítulos. Começamos com a chegada dos avós paternos à Grã-Bretanha na década de 1870, vindos do Reino da Polônia, e o contexto que ocasionou o nascimento de Eric no Egito. Em seguida, somos transportados à infância do futuro historiador em Viena e à adolescência na Berlim dos últimos anos da República de Weimar (1919-1933). Conhecemos um jovem que, desde cedo, demonstrou inclinação para vida intelectual, ao mesmo tempo em que mantinha uma intensa atividade política no Partido Comunista Alemão.

Aos 14 anos de idade, Eric ficou órfão e passou a viver com seus tios; em 1933, pouco após a ascensão de Hitler, mudou-se com a família para Londres. Nesse caso, não se tratava de uma fuga das primeiras perseguições antissemitas dos nazistas, mas de uma causalidade que findou os negócios de seu tio Sidney em Berlim. Hobsbawm ingressou na Universidade de Cambridge, em 1936, de modo que foi o primeiro membro de sua família

a ingressar no ensino superior. Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ele se tornou um historiador comunista no Exército Britânico e, ao término do conflito, um marxista que construía sua carreira acadêmica em meio à Guerra Fria (1945-1991).

Richard Evans destacou alguns traços de personalidade que se tornaram marcantes em Eric Hobsbawm, sendo o primeiro deles sua adesão ao comunismo. Como dito, Eric iniciou sua atuação política na esquerda ainda na adolescência, motivado pela situação econômica de sua família durante a década de 1920: seus pais faziam parte da classe média, porém viviam em constante dificuldade econômica, situação que se agravou após a morte de Percy, pai de Eric, em 1929. O comunismo, cujo internacionalismo já era um atrativo ao garoto inglês residente na Europa Central, afirmava que a pobreza não era uma vergonha, mas uma virtude, bem como o sentimento de ser um *outsider*.

Durante sua passagem no exército, o então recém-formado de Cambridge não foi para os campos de batalha, porém sua tentativa de alçar certos cargos foi barrada por ele ser considerado “politicamente perigoso”. A partir desse período, teve início a investigação da inteligência britânica acerca das ações do historiador que perdurou por décadas. Seu posicionamento político também foi visto como empecilho para ascensão de sua carreira, de modo que ele não foi aceito como professor universitário na instituição em que se graduou e teve obras de reconhecido mérito não publicadas, a começar por sua tese de doutorado.

Eric manteve-se filiado ao Partido Comunista Britânico por grande parte da sua vida, apesar de possuir com ele claras discordâncias, sendo descrito por Evans como um “*outsider* dentro do movimento”. Após o Vigésimo Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956, ocasião em que os crimes cometidos por Stálin foram divulgados, a fratura entre Hobsbawm e outros membros do Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico ficou evidente. Ao lado de nomes, como Edward Thompson e Christopher Hill, Eric esteve ligado à criação de uma Nova Esquerda Britânica, bem como à Escola Inglesa do Marxismo, que propunha uma articulação entre a história social, a cultural e a política. Para Hobsbawm, essa nova visão do marxismo na história e a revista a ela articulada, a *Past & Present*, seria a equivalência inglesa da Escola dos *Annales*.

Outro ponto de discordância entre Eric e o partido era o jazz. Se, para o partido, tratava-se de uma degeneração burguesa, para Eric, era uma paixão nascida no sótão de seu primo Denis em 1934. Durante a década de 1950, o envolvimento de Hobsbawm com o cenário do jazz se aprofundou. Ele frequentou os principais bares britânicos e viu a apresentação de importantes músicos. Desse modo, tornou-se um crítico, apresentando programas na rádio BBC e atuando como colunista no *Observer*. Eric publicava esses textos sob o pseudônimo de Francis Newton, identidade conhecida entre os entusiastas do jazz.

As críticas de Eric, ou de Newton, logo ultrapassaram os perfis de músicos e se atentaram a aspectos sociais. As condições de trabalho, os instrumentos utilizados, o mercado da música e a morte prematura de cantores chamaram a atenção do historiador que logo se pôs a analisar o jazz como um fenômeno de uma época, uma forma de arte ligada ao seu contexto histórico e social. Em 1959, foi publicada a primeira edição de *The Jazz Scene*, traduzida no Brasil como *História Social do Jazz*, em 1989. Para Evans, o que unia

Eric ao comunismo e ao jazz era o sentimento de pertença e de acolhida oferecidos a quem havia perdido os pais precocemente.

A busca por estabilidade emocional e familiar ressalta o aspecto humano de Eric para além do intelectual engajado. Sobre o tema, vemos a precipitação em seu casamento com Muriel Seaman, ocorrido em 1945, e o envolvimento emocional em uma série de relacionamentos casuais, alguns deles com mulheres casadas. Tal lado mais íntimo do biografado, possivelmente seria malvisto pelos conservadores, de modo que, ao apresentá-lo, o autor reforça que seu intuito é mostrar Eric Hobsbawm como um homem comum que desenvolveu sua identidade pessoal e intelectual durante o “breve século XX”.



Eric Hobsbawm (1976) | Foto: [Wesley/Keystone/Getty](#)

A obra traz ainda um episódio da vida privada que nos revela aspectos da sociedade britânica de meados do século passado: seu divórcio de Muriel, ocorrido em 1953. Até 1969, as leis da Inglaterra exigiam a prova de uma “ofensa matrimonial” para conceder o fim do casamento; por conta disso, em caso de separações consensuais, a parte dita “culpada” alugava um quarto de hotel em Brighton onde tirava fotos comprometedoras com o “corresponsável” pelo divórcio (p.277). Foi assim que Muriel e Eric agiram, sendo ela a parte “culpada”. O procedimento descrito por Evans nos remete aos episódios das “vendas de esposas” ocorridos na Inglaterra, Escócia e País de Gales durante o século XIX, que consistiam em um ritual popular para demarcar um divórcio. Esse costume foi analisado por Edward Thompson e publicado no livro *Costumes em comum* (1980).

No início da década de 1960, Eric encontrou a estabilidade emocional que, segundo Evans, foi fundamental para manter sua produtividade até o final da vida: o casamento com Marlene Schwarz, com quem teve dois filhos. Schwarz era vienense, nascida em 1932 e recém-regressa de um trabalho com a Organização das Nações Unidas (ONU) no Congo. O historiador comunista aficionado por jazz atraiu-se pela inteligência de Marlene, bem como por sua fluência no francês. Em 1964, foi lançada *A Era das Revoluções*, que deu início a uma quadrilogia composta ainda por: *A Era do Capital* (1975), *A Era dos Impérios* (1987) e *A Era dos Extremos* (1994). Como as outras publicações de Hobsbawm, inclusive as que não fazem parte da quadrilogia, a primeira das *Eras* se destacou por seu estilo claro, boas generalizações e abordagem transnacional.

A partir desse ponto, a biografia escrita por Richard Evans analisa os processos de escrita e de recepção das obras de Hobsbawm, ao lado de sua ascensão como escritor e professor. Evans expõe que, com intuito de refletir sobre temas que o intrigava durante a elaboração de seus livros, Eric realizava amplos debates com seus alunos da graduação, o que mostra como os processos de ensino e pesquisa estavam interligados para esse profissional. Em relação à recepção, o autor traz resenhas contemporâneas aos lançamentos das obras de Eric, com posicionamentos políticos alinhados, ou não, aos dele. Em ambos os casos, percebemos que são tecidos tanto elogios quanto críticas, no geral, relacionadas à reduzida importância atribuída pelo historiador aos nacionalismos ou à omissão acerca da história das mulheres.

Como pessoas de pensamento e visões de mundo formados durante os anos de 1930, percebemos que Eric também possuía suas limitações em relação ao mundo da segunda metade do século XX. Ele não apreciava o *rock'n'roll*, antipatizava com os Beatles e com a ideia de “cultura pop”, e não percebia validade nas revoltas juvenis de 1968. O feminismo e os estudos de gênero, para esse marxista, desviavam a atenção da luta de classes e criava fraturas entre as trabalhadoras. Ainda assim, Eric testemunhou os momentos mais marcantes do século XX, e parecia válido estender suas “Eras” àquela permeada por luzes e sombras e por extremos.

Escrever sobre o tempo de sua própria vida, o tempo presente, não foi algo simples para o historiador que temia não resguardar o distanciamento necessário. Lembremos que ele já havia escrito sobre o presente com sua história social do jazz, mas não julgou aquilo um trabalho de historiador. Entretanto, Eric percebeu que era necessário explicar o que estava acontecendo aos que viviam em um século repleto de revoluções, o que deveria ser feito em termos históricos e dentro de uma perspectiva global (p.525).

Lançado em 1994, *A Era dos Extremos* – o breve século XX foi um sucesso de vendas, especialmente no Brasil, a exemplo de outras obras suas. Dividido em três partes, “A Era da Catástrofe”, “A Era de Ouro” e “O Desmoronamento”, *A Era dos Extremos* traz uma visão pessimista sobre o futuro, o que viria a ser o século XXI, de modo que Tony Judt percebeu um “ar de Jeremias”, de “imminente desgraça” na narrativa de Eric Hobsbawm (p.536). Esse pessimismo e ar desconfiado em relação ao seu tempo não era algo novo. Ainda adolescente, Eric escrevera em seu diário: “Eu estou no século XX e sei que nada é certo” (p.99).

O ceticismo de Eric em relação ao presente e ao futuro, aos rumos que as sociedades globalizadas tomavam, segundo Evans, provém das análises que ele fez de seu meio, de sua erudição cultivada durante toda vida e de seu testemunho de grandes acontecimentos dentro e fora da Europa. Ao serem expostas e contextualizadas por Evans, elas nos fazem refletir sobre o nosso século XXI, as escolhas políticas, econômicas e sociais que fazemos e sobre o papel que o historiador tem e deverá assumir frente a tudo isso. No passado, a história fechada e alimentadora dos nacionalismos provocou guerras e não foi capaz de cessar o avanço da intolerância. Hoje, podemos nos questionar: que responsabilidade nós temos frente ao fortalecimento da extrema direita e de práticas racistas, machistas e xenófobas?

A biografia de Eric Hobsbawm escrita por Richard Evans cumpre plenamente seu objetivo: ela nos apresenta Eric em sua totalidade, em sua atuação como homem e historiador. Sem dúvida, conhecemos-nos através de suas próprias palavras e olhares, vemos como o mundo reagiu a Hobsbawm ao mesmo tempo em que o influenciou. Podemos dizer que, com essa obra, conhecemos Eric Hobsbawm por entre a *Era dos Extremos*, pois Evans apresenta o biografado e explica o momento histórico em que ele estava vivendo.

Apesar de não almejar ser um trabalho biográfico no aspecto tradicional das biografias na história após a década de 1970, *Eric Hobsbawm: uma vida na história* é um trabalho feito por um historiador. Sendo assim, não há uma problemática por trás da análise biográfica, nem se trata de um estudo de micro história; entretanto, o livro tem uma visão abrangente, faz bom uso das suas fontes, com indicação do local onde foram encontradas. Sua escrita merece ser destacada pela simplicidade, leveza e fácil compreensão, que situa contexto e biografado, de modo que não é preciso ser um especialista em história do século XX para compreender a narrativa. Na verdade, a obra nos faz aprender tanto sobre a *Era dos Extremos* quanto sobre o historiador que a apresentou e a explicou de forma tão brilhante.

Referências

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*, v.11, n. 1-2, 2003.

EVANS, Richard J. *Eric Hobsbawm: uma vida na história*. Tradução de Cláudio Costa. São Paulo: Planeta, 2021.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marco Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *História Social do jazz*. Tradução de A. Noronha. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

THOMPSON, Edward P. A venda das esposas. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Sumário de *Eric Hobsbawm: uma vida na história*

Apresentação, por Luís Inácio Lula da Silva

Prefácio

“O garoto inglês”

“Feio como o pecado, mas que cabeça”

“Um calouro que sabe sobre tudo”

“Um intelectual de esquerda no Exército inglês”

“Um outsider no movimento”

“Um personagem perigoso”

Escritor de livros de bolso”

“Guru intelectual”

“Jeremias”

“Tesouro nacional”

Resenhista



Katty Cristina Lima Sá é mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). Entre outros trabalhos, publicou *Para conhecer o Islã: a Religião, a Civilização e os saberes produzidos pelos muçulmanos e a “Guerra Santa’ pela Perspectiva Comparada: um estudo sobre a concepção de j̄ihad através das revistas Inspire e Dabiq”*. Foi uma das organizadoras de *História Comparada e Tempo Presente* (EDUPE, 2021). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129885151774194>; ID:

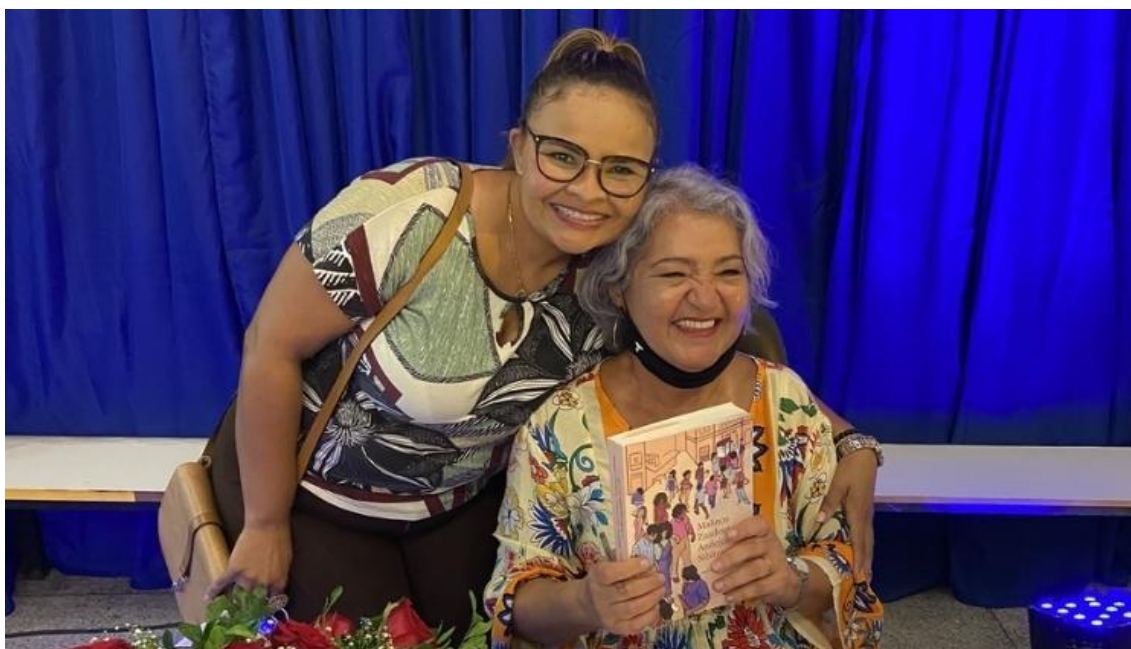
<https://orcid.org/0000-0001-9855-317X> . E-mail: katty@getempo.org.

Para citar esta resenha

EVANS, Richard J. *Eric Hobsbawm: uma vida na história*. Tradução de Cláudio Costa. São Paulo: Planeta, 2021. 1255p. Resenha de: SÁ, Katty Cristina Lima. Para conhecer Eric Hobsbawm. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.46-52, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



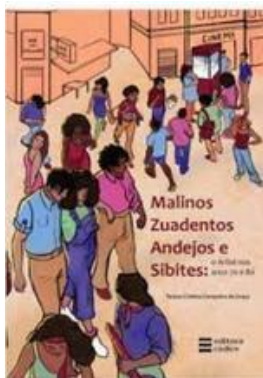
Andrea Moura e Tereza Cristina Cerqueira da Graça | Imagem: [Pra Você Saber](#)

História de bairro – Resenha de *Malinos, zuadentos, andejos e sibites: o Aribé nos anos 70 e 80*, de Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Resumo: *Malinos, zuadentos, andejo e sibite: personagens do bairro Siqueira Campos*, de Tereza Cristina Cerqueira da Graça, busca resgatar memórias de sujeitos populares de Aracaju. Determinadas passagens apresentam desequilíbrio narrativo e imprecisão conceitual, mas o livro inova na forma, valoriza vozes locais e tensiona fronteiras entre memória, autobiografia e história.

Palavras-chave: Tereza Cristina; história local; bairro Aribé; memória cultural; narrativa experimental.

Alguns personagens malignos, barulhentos, errantes, atrevidos e habitantes do bairro Siqueira Campos, na cidade de Aracaju (SE) são o objeto do novo livro de Tereza Cristina Cerqueira da Graça. Essa é a mensagem, traduzida em português culto, que o pitoresco título quer transmitir. Trata-se de uma memória de pessoas para registro da memória de uma pessoa, que é Teresa Cristina Cerqueira da Graça, historiadora da cultura, “malina”, “zuadenta”, “andeja”, “sibite” e moradora do bairro Aribé (oficialmente, Siqueira Campos), durante dois terços de sua vida.



É livro desafiador para os nossos tempos acelerados. Quinhentas e três páginas. Uma semana de leitura para quem dedica um turno diário. Lourival Santana foi feliz em seu prefácio. Escreveu pouco, usou convenções – “relato de memórias”, “acurada pesquisa histórica” sobre o “cotidiano de Aracaju”, baseado “em fontes primárias”, escrito em “estilo simples”, que incorporou o depoimento de “quase 120 pessoas”, “trouxe de volta objeto brincadeiras, lugares, cenários e pessoas”, vai “encher os olhos e a alma da geração da época” e despertar a “curiosidade dos jovens do presente”.

O livro é também desafiador porque não possui introdução integral formal, comunicando objetivos, fontes, meios, gênero e domínio. Do primeiro ao nono parágrafo, a autora faz historiografia convencional. Constrói o objeto, informando as designações do bairro e os significados, delimitando o espaço, sequenciando a incorporação de equipamentos urbanos (praça, escola, templo...), os proprietários e tipificando socialmente os moradores. Do décimo ao vigésimo quinto parágrafo, faz narrativa experimental (alguns dirão “crônica”). Põe um novo narrador em cena que conversa com o leitor com termos e frases pouco inteligíveis aos nascidos no século passado: “Aqui, você vai pegar uma marinete ou uma Kombi, sair do Parque Teófilo Dantas, passar pela ponte invisível da Avenida Canal, tremer o corpo nos trilhos da Leste [...]”. Os termos datados, como “marinete” não estão entre aspas e são escritos conforme a prosódia (também datada): “luz negra”, “ralar suas fivelas”, “topado”, “paca!”, “coisinha”, “virgi”, “esquelepar”, “arrudiada”, “inxame”, “estopô” e “cabrunco”.

Encerrado esse roteiro virtual pelo bairro, o leitor é convidado a conhecer (em bordão de locutor de rádio, de auditório ou de circo – “Vem aí...”) pessoas, lugares e costumes do Aribé, distribuídos em três seções. Na primeira – “Malinos, zuadentos: a música e o teatro do Aribé” –, doze personagens coetâneos da autora, em sua maioria, são destacados, entre cantores, compositores, *covers*, grupos musicais de estilo vário: forró, samba, canção romântica, canção da MPB. Na segunda – “Andejes e sibites nas diversões da cidade” –, a autora retrata as situações de ócio e lazer: a saída ao cinema, as festas privadas, a participação nos blocos e escolas de samba e os cinemas do bairro. A última – “É do Siqueira? É gente boa! Outros personagens da memória aribeana” – narra vidas de gerações anteriores à da autora que marcaram a lembrança dos “malinos” e “zuadentos” apresentados na primeira seção. Somente ao final do livro – “Andejando numa conclusão” –, percebo que aqueles nove parágrafos seriam mais adequados como uma longa nota de

rodapé, pois o livro começa, efetivamente (introdução), com “a garotinha” ou a “jovem saltitante” Tereza Cristina Cerqueira da Graça”, convidando os ex-garotinhos e ex-jovens do bairro, que lá viveram entre 1970 e 1980, a rememorarem pessoas, lugares e comportamentos que ela sugere terem cimentado alguma identidade para o Aribé.

Vivenciei grande parte da memória narrada no livro. Morava no bairro vizinho, o Novo Paraíso. Fiz o ensino fundamental no Siqueira Campos (colégios Walter Franco e Costa e Silva), frequentei as festas de São João, participei dos concursos de Quadrilha Junina, dos comícios do Partido dos Trabalhadores, das apresentações de teatro de rua na Praça D. José Tomás, fiz compras no Paes Mendonça, frequentei a Biblioteca Clodomir Silva, o bar Flor do Siqueira, os ambulatórios de saúde e o restaurante A Palboça. Conbeci Hilton Lopes, Tut Fred, pedi votos para Ismael e e bati muitas palmas para o Grupo Repente e o grande Pantera. A lista é longa...



O músico [Edelson Pantera](#) na Praça Duque de Caxias (Belo HorizonteMG, 2016) | Foto: [Léticia Assis](#)

Assim, adoeci, me emocionei e me diverti em vários momentos da leitura. Meu ponto de vista, nesta resenha, porém, não é o do brincante. É como professor formador que me limita a apontar virtudes e vícios no texto limitadoras ou estimuladoras da escrita histórica de leitores/autores aprendizes e consumidores dessa obra.

Começo com os vícios. O primeiro deles é o desequilíbrio que alguns capítulos provocam em termos substantivos. O que trata do cinema é o principal. No livro, os cinemas não marcam episódios das pessoas. São somente locais. Com tão poucos depoimentos, enfraquecem a narrativa sobre o bairro (não imprimem traço diferenciador ao bairro Aribé/Siqueira Campos). O desequilíbrio está também na arquitetura da informação de alguns poucos capítulos. Na história da vida de “Agnaldo Batista”, o narrador expulsou o personagem em $\frac{3}{4}$ do tópico. Na história de vida do cantor e compositor “Sergival”, o formato *currículo vitae* predomina e destoa, por exemplo, da proveitosa biografia de “Pantera”. Alguns finais de biografias (p.189, 206, 231, 317) são bastante artificiais quando forçam uma volta do leitor ao bairro, já bastante distanciado ao longo da narrativa. Exemplos positivos são os finais das biografias de Isabel Nunes e de “Hilton Lopes”. As

definições de índio (p.297), o histórico das lavanderias (p.236), do Axé music (p.266-267) e da revolta dos marinheiros (p.302), por exemplo, apesar de funcionarem como elementos de contexto, são dispensáveis pelo ruído que provocam em termos de coesão. Outra imperfeição está em localizadas transições da fala do autor à fala do depoente. Várias delas não apresentam coesão (p.73, p.134, p.136). Para que o leitor desta resenha possa também avaliar, sugiro que compare o que entendo como boa transição, presente na página 139 do mesmo livro.

A última imperfeição está no trato das imagens. Falta um [mapa do bairro](#). Na ausência dele, cada leitor tem que imaginar uma figura para o Aribé (um círculo, uma cruz, um retângulo) e uma escala para as relações com o centro e as adjacências. Há também problemas com as representações fotográficas (Não me refiro ao procedimento normativo de registrar autoria, custódia etc. Trato da contextualização). As imagens compostas nas duas últimas páginas de cada capítulo ou seção têm função estética, mas as da abertura de capítulos compõem textos conexos aos escritos. Bem demarcados os tempos, espaços e circunstâncias de cada uma dessas aberturas, ampliariam o leque de significação de cada biografia.



Vista aérea do Bairro Siqueira campos, destacando a Praça D. José Tomaz e a Igreja Nossa Senhora de Lourdes | Imagem: [Armando Maynard/Facebook](#)

Das virtudes, destaco e replico os comentários do prefaciador. É memória de costumes comuns e/ou história de fenômenos com baixa significação nas transformações políticas de aribeanos, aracajuanos e sergipanos, raramente inventariados e tratados por historiadores profissionais. Mas o que me chama a atenção é a experiência ordinária que vem à tona e a rara mistura entre tempo narrado e tempo da narração. O livro é atravessado pela tensão entre o desejo de expressar o bairro da personagem Teresa Cristina e o dever de a historiadora Cerqueira da Graça limitar uma noção de identidade e uma identidade para o lugar “Aribé” ou o lugar “Siqueira”. A maioria dos personagens são seus amigos, admirados, parceiros de bar, ideologia, segmento de classe e geração. Isso marca a migração dos “aribeanos” para outros locais da cidade e, principalmente, para o seu centro, criando, inclusive, uma periferia (bairros América, Getúlio Vargas, por exemplo) de outra periferia que é o bairro Siqueira Campos. Entretanto, há capítulos e tópicos integralmente dedicados a (provavelmente) domar essa deformação, descrevendo, a instalação dos primeiros

equipamentos urbanos, o parcelamento do solo, as prescrições sobre os limites do território e alguns personagens fundadores.

Do tempo narrado, o livro abre uma janela para observarmos à distância a vida como ela é (ou à experiência ordinária referida acima). Os personagens não são espelho de trajetórias comuns. São artistas reconhecidos fora do bairro, em sua maioria. Os intertextos o revelam (instituições, autoridades, programas etc.). Mas são pessoas comuns e normais em comportamento. São talentosas, piedosas, religiosas, esbanjadoras, conservadoras, moralistas, preconceituosas, autoritárias, oportunistas, trapaceiras, avaras, clientelistas, pragmáticas, céticas, crentes, dignas (como bem o exige a vida cotidiana dos pobres) que expressam a mudança histórica por todo tipo de razão (sorte ou azar, subserviência ou estrutura social), sem que o narrador se arvore (na maioria dos casos) a tomar alguma posição a favor ou contra.

Entre a raridade do tema e a qualidade da informação, há motivos de sobra para o aprendiz da história da cultura e da história local comprar e ler o livro, além das clássicas funções que o impresso cumpriria: fonte sobre costumes, gente comum, narrativa sobre história do lugar etc. Gostaria, neste final, de apontar mais um aspecto à reflexão no tocante às definições dos gêneros típicos de escritos de vida. Afinal, o livro de Cerqueira da Graça é biografia, autobiografia ou memória? Não há definições na introdução, e a autora tem a liberdade de não anunciar autoclassificações. Mas você, que está se iniciando na área, tem o dever de comunicá-lo. Penso que a leitura desse livro ajuda a você tomar uma decisão. Em geral, e seguindo rudimentos desse domínio (escritos de vida), ela poderia optar por circunscrever seu texto a partir do objeto, da autoria do método. Vou exemplificar apenas a opção autoria. Nessa classe, livro seria um escrito de si sobre os outros (biografia), um escrito de si sobre eventos que envolvem outros (memória) ou um escrito de si sobre si (autobiografia). Entendo que os *Malinos, zquadentos...* fogem aos três tipos e se encaixam em um quarto pouco comum: trata-se de uma auto-biografia (com hífen), ou seja, uma escrita da vida de aribeanos com a inclusão deliberada da vida de quem escreve em cada capítulo que, formal e originalmente, não seria dedicado à esta vida.

Cerqueira da Graça faz outra experimentação também incomum. Ela mistura estratégias de composição ficcional e composição de historiador convencional. Apresenta testemunhos em texto recuado, emprega duplo sistema de referência (textual e em pé de página), impõe ao leitor um vocabulário (sem aspas) e uma prosódia ininteligíveis aos moradores do bairro e varia o foco narrativo a todo tempo: “meus avós” (no rodapé, p.96), “Tereza Cristina Cerqueira” (p.123), “como vimos” (p.147), “pelo que se pode deprender” (p.276), “eu não tinha dinheiro para frequentar a cantina do Bizu” (p.282). Ela pode fazer isso? Pode, mas você que se inicia nesse domínio não terá o estofo de títulos acadêmicos, livros publicados, décadas de docência nos ensinos escolar e universitário e o reconhecimento social da Tereza Cristina Cerqueira da Graça nos meios políticos e intelectuais para justificar essas peculiaridades. Portanto, ao iniciar o seu texto, você, aprendiz e admirador de Cerqueira da Graça, ao menos, diga para o leitor que vai fazer uma auto-biografia em narrativa de tipo experimental.

Sumário de *Malinos, zuadentos, andejos e sibites: o Aribé nos anos 70 e 80*

Agradecimentos

Apresentação

Introdução

I. Malinos, zuadentos: a música e o teatro do Aribé

II. Andejos e Sibites nas diversões da cidade

III. É o do Siqueira? É gente boa! Outros personagens da memória aribeana

Resenhista



Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog [Resenha Crítica](#). Publicou, entre outros trabalhos, [Uma introdução ao método histórico \(2021\)](#) e “[Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca \(1903-1986\)](#)”. ID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>; E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com.

Para citar esta resenha

GRAÇA, Teresa Cristina Cerqueira da. *Malinos, zuadentos, andejos e sibites: o Aribé nos anos 70 e 80*. Aracaju: Códice, 2021. 503p. Resenha de: FREITAS, Itamar. O bairro de Tereza Cristina. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.6, p.53-59, jul./ago. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).